



Demonstrações financeiras

Individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Relatório da administração | 03 |
| Relatório dos auditores independentes | 04 |
| Balancos patrimoniais | 09 |
| Demonstrações do resultado | 11 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 12 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 13 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 14 |
| 1 Contexto operacional | 18 |
| 2 Base de preparação e apresentação | 21 |
| 3 Caixa e equivalentes de caixa | 28 |
| 4 Aplicações financeiras | 29 |
| 5 Contas a receber | 29 |
| 6 Investimentos | 31 |
| 7 Imobilizado | 34 |
| 8 Intangível | 37 |
| 9 Outros valores a receber | 39 |
| 10 Fornecedores | 40 |
| 11 Tributos a recolher sobre o lucro | 40 |
| 12 Concessões a pagar | 42 |
| 13 Financiamentos e debêntures | 43 |
| 14 Provisão para compromissos futuros | 46 |
| 15 Provisões para processos judiciais | 47 |
| 16 Encargos regulatórios a recolher | 50 |
| 17 Patrimônio líquido | 51 |
| 18 Receita líquida | 52 |
| 19 Custos e despesas operacionais | 54 |
| 20 Receitas e despesas financeiras | 55 |
| 21 Transações com partes relacionadas | 56 |
| 22 Instrumentos financeiros | 57 |
| 23 Outros riscos operacionais | 68 |
| 24 Compromissos | 69 |
| 25 Informações complementares ao fluxo de caixa | 70 |
| 26 Eventos subsequentes | 70 |

Relatório de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O ano de 2025 marcou a história da Aliança, com a conclusão do Projeto Horizon, em 18 de setembro, que culminou na estruturação da sociedade entre as acionistas GIP Horizon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Ltda. (“GIP”) e Vale S.A. (“Vale”). Após a transação, o capital social da Companhia passou a ser composto por 70% de participação do GIP e 30% da Vale.

O Projeto Horizon também contemplou os aportes da Vale, na Aliança, do Complexo Solar Sol do Cerrado e de 50% da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, ambos localizados em Minas Gerais, com 681MW e 140MW de capacidade instalada, respectivamente. A chegada desses ativos robustece nosso perfil de negócios, na medida em que amplia a capacidade comercial e diversifica a base de ativos.

Outros importantes pilares estratégicos do Projeto Horizon foram a dolarização de contratos de compra e venda de energia de longo prazo com a Vale e a assunção de US\$450 milhões em financiamento externo. Essas características permitiram a adoção do dólar como moeda funcional, o que conferiu condição diferenciada à Companhia, sobretudo para o potencial de acesso a linhas de crédito mais competitivas, beneficiando nossa estrutura de capital.

Ainda em dezembro 2025, celebramos o contrato de compra do Complexo Eólico Caetité Norte, localizado na Bahia, com capacidade instalada de 193,2MW. O ativo conta com 46 aerogeradores de 4,2MW em plena operação comercial. A aquisição de Caetité permitirá maior escala de operações e aumento de nossa carteira comercial. A conclusão da transação ainda está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, com previsão para 2026.

Do ponto de vista das operações atuais, mantivemos sólido desempenho e excelência operacional. Nossas usinas hidrelétricas alcançaram geração de 4.742GWh, enquanto os ativos eólicos registraram 980GWh e os solares 318GWh. Nossos esforços foram refletidos no robusto resultado consolidado, com destaque para receita líquida de R\$1,8 bilhão, EBITDA de R\$904 milhões e lucro líquido de R\$336 milhões.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da Aliança Geração de Energia S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reestruturação societária – GIP Horizon

Veja a Nota nº 1.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| <p>Em 18 de setembro de 2025, foi formalizado o acordo de venda parcial da Aliança Geração de Energia S.A. pela Vale à GIP Horizon I S.A. (“GIP Horizon”) que foi sucedida por incorporação reversa da GIP Horizon pela Companhia. Com a conclusão da operação, a Vale passou a deter 30% e a GIP Horizon 70% do capital social da Companhia, mediante contraprestação paga pela GIP Horizon à Vale pela transferência parcial de participação. A combinação de negócios foi contabilizada com base nos valores justos dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da GIP Horizon (entidade incorporada), aplicando-se os requisitos do adquirente conforme o CPC 15 (R1) / IFRS 3.</p> <p>Foi necessário julgamento significativo e a utilização de estimativas para determinar os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na data da aquisição, tais como os preços futuros de energia, taxas de desconto aplicadas na determinação das mais valias das concessões e autorização de outorgas no intangível, valores justos das debêntures, e valores justos e obsolescência dos ativos imobilizados, bem como aspectos relacionados à dedutibilidade das mais valias.</p> <p>Este tema foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento e às incertezas envolvidas na premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, assim como na determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras consolidadas avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao reconhecimento e a mensuração dos ajustes de alocação de preço da combinação de negócios;- Revisão da análise de identificação do adquirente realizada pela administração;- Com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas e especialistas de Valorização de Ativos Tangíveis, avaliamos as principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo os preços futuros de energia, taxas de desconto aplicadas na determinação das mais valias das concessões e autorização de outorgas no intangível e valores justos e obsolescência dos ativos imobilizados, que foi produzida por especialistas externos contratados, na mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos;- Com o suporte de nossos especialistas de Instrumentos Financeiros, avaliamos as premissas relevantes e metodologia adotada pela Companhia, também preparadas pelos avaliadores externos contratados, na mensuração do valor justo dos empréstimos e financiamentos (debêntures);- Com o apoio de nossos especialistas tributários e jurídicos, avaliamos aspectos relacionados a dedutibilidade das mais valias resultantes da combinação de negócios após incorporação reversa com base em opinião legal preparada por assessores jurídicos externos da Companhia;- Avaliação da competência, capacidade, objetividade e independência do avaliador externo contratado pela Companhia para a mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; |

| | |
|--|--|
| | <p>- Avaliamos se as divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.</p> <p>Durante a auditoria, identificamos ajustes na valorização de certas premissas que afetaram a identificação e a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, os quais foram ajustados pela Administração.</p> <p>As deficiências que chegaram ao nosso conhecimento no desenho dos controles internos relativos à identificação de ativos e passivos e mensuração de seus valores justos ampliaram a extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada referente às premissas utilizadas pela administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas transações são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos.</p> |
|--|--|

| Mudança de moeda funcional | |
|--|---|
| Veja a Nota nº 2.3 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas | |
| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
| <p>Conforme descrito na Nota 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração da Companhia alterou sua moeda funcional de real para dólares americanos em 18 de setembro de 2025, em decorrência de mudanças significativas no ambiente econômico no qual a Companhia opera, incluindo, entre outros fatores, a moeda que influencia substancialmente os preços de venda, os custos operacionais e os fluxos de caixa.</p> <p>A determinação da moeda funcional envolve julgamentos relevantes da Administração decorrentes da conclusão acerca das mudanças no ambiente econômico primário da Companhia, considerando os critérios estabelecidos no CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio. Adicionalmente, a mudança de moeda funcional é considerada um evento incomum, exigindo evidência clara de alteração do ambiente econômico primário.</p> <p>Em razão da materialidade dos saldos afetados, do alto grau de julgamento envolvido e da relevância</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliamos a documentação preparada pela Administração acerca do julgamento e dos critérios utilizados para determinar a mudança da moeda funcional, com base nos requerimentos do CPC 02 (R2)/ IAS 21, em especial as mudanças no ambiente econômico primário da Companhia, mudanças na moeda de referência dos contratos de compra e venda de energia, entre outros. - Recalculamos a conversão de moeda funcional na data da mudança, incluindo efeitos nos itens não monetários e nas variações cambiais, bem como realizamos procedimentos para avaliar a aplicação prospectiva da nova moeda funcional a partir dessa data para os saldos não monetários, tais como ativos imobilizados e intangíveis. - Avaliamos a consistência dos métodos e taxas de conversão utilizados para o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas comparando com taxas de câmbio publicadas pelo Banco Central |

| | |
|---|--|
| <p>do evento para os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto como um Principal Assunto de Auditoria.</p> | <p>do Brasil - BACEN.</p> <p>- Avaliamos se as divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para determinar e calcular os efeitos da mudança de moeda funcional são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> |
|---|--|

| Reconhecimento da receita de energia elétrica gerada e não faturada | |
|--|---|
| <p>Veja a Notas nº 2.5, 5 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> | |
| Principais assuntos de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
| <p>As receitas de energia elétrica nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são reconhecidas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado.</p> <p>A energia comercializada ainda não faturada é estimada com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos, considerando premissas para mensurar o preço da energia e dados que envolvem a quantidade comercializada e o período entre o último faturamento e o final de cada mês.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conferência se o preço de energia e as quantidades estimadas estão de acordo com os relatórios de energia gerados emitidos em Janeiro/2026 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente ao mês de dezembro de 2025. - Inspeção de todas as notas fiscais emitidas em janeiro de 2026 e confrontar com a receita de energia gerada e não faturada, provisionada em dezembro de 2025. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>Desta forma, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita de energia elétrica gerada e não faturada e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> |

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais.

| ATIVO | Nota | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 495.459 | 253.237 | 749.172 | 440.472 |
| Aplicações financeiras | 4 | 82.238 | 154.035 | 82.285 | 154.086 |
| Contas a receber | 5 | 286.896 | 139.112 | 303.671 | 163.358 |
| Estoques | | 11.491 | 12.392 | 17.005 | 15.224 |
| Tributos a recuperar sobre o lucro | 11 | 21.616 | - | 21.616 | - |
| Tributos a recuperar | | 29.841 | 2.063 | 31.134 | 3.757 |
| Dividendos a receber | 6.a | 9.353 | 30.565 | - | - |
| Instrumento financeiro derivativo | 22 | 102.295 | - | 102.295 | - |
| Outros valores a receber | | 9.731 | 5.562 | 13.585 | 9.170 |
| Total do ativo circulante | | 1.048.920 | 596.966 | 1.320.763 | 786.067 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Aplicações financeiras | 4 | - | - | 23.941 | 31.922 |
| Tributos a recuperar | | - | - | - | 621 |
| Depósitos vinculados a litígios | 15.b | 13.440 | 8.610 | 14.124 | 9.203 |
| Ativos indenizatórios de aquisição | | 180.159 | - | 180.159 | - |
| Outros valores a receber | | 4.794 | 6.339 | 4.794 | 6.339 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.a | - | - | - | 1.030 |
| Instrumento financeiro derivativo | 22 | 131.652 | - | 131.652 | - |
| Realizável a longo prazo | | 330.045 | 14.949 | 354.670 | 49.115 |
| Investimento | 6 | 4.017.682 | 1.730.921 | - | - |
| Imobilizado | 7 | 1.338.183 | 1.220.355 | 4.763.355 | 2.972.424 |
| Intangível | 8 | 2.707.181 | 568.399 | 3.259.215 | 600.390 |
| Total do ativo não circulante | | 8.393.091 | 3.534.624 | 8.377.240 | 3.621.929 |
| Total do ativo | | 9.442.011 | 4.131.590 | 9.698.003 | 4.407.996 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais.

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Fornecedores | 10 | 209.479 | 35.477 | 265.846 | 86.680 |
| Salários e encargos a pagar | | 20.254 | 16.783 | 20.253 | 16.782 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | | 18.442 | 12.390 | 24.161 | 13.737 |
| Tributos a recolher sobre o lucro | 11 | - | 100.320 | 9.044 | 102.392 |
| Concessões a pagar | 12 | 41.045 | 41.047 | 41.045 | 41.047 |
| Financiamentos e debêntures | 13 | 100.934 | 87.141 | 100.934 | 100.706 |
| Arrendamentos | | 1.489 | 1.612 | 12.072 | 4.963 |
| Encargos regulatórios a recolher | 16 | 8.904 | 7.737 | 9.016 | 7.821 |
| Provisão para compromissos futuros | 14 | 24.435 | 18.649 | 34.099 | 20.432 |
| Dividendos a pagar | 17.b | 79.841 | 128.016 | 79.841 | 128.016 |
| Outros passivos | | 9.983 | 9.150 | 9.980 | 9.199 |
| Total do passivo circulante | | 514.806 | 458.322 | 606.291 | 531.775 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Concessões a pagar | 12 | 177.350 | 198.496 | 177.350 | 198.496 |
| Financiamentos e debêntures | 13 | 3.652.149 | 1.081.305 | 3.652.149 | 1.237.105 |
| Arrendamentos | | 2.126 | 3.270 | 97.801 | 32.603 |
| Encargos regulatórios a recolher | 16 | 8.654 | 5.139 | 8.654 | 5.139 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.a | 363.941 | 260.169 | 363.941 | 260.249 |
| Provisão para compromissos futuros | 14 | 113.070 | 90.602 | 181.843 | 108.342 |
| Provisões para processos judiciais | 15 | 171.943 | 176.382 | 172.002 | 176.382 |
| Instrumento financeiro derivativo | 22 | 41.757 | - | 41.757 | - |
| Passivo contingente por aquisição de investimento | | 136.132 | - | 136.132 | - |
| Total do passivo não circulante | | 4.667.122 | 1.815.363 | 4.831.629 | 2.018.316 |
| Total dos passivos | | 5.181.928 | 2.273.685 | 5.437.920 | 2.550.091 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| | 17 | | | | |
| Capital social | | 2.740.406 | 1.291.488 | 2.740.406 | 1.291.488 |
| Reserva de capital | | 1.027.104 | 566.417 | 1.027.104 | 566.417 |
| Reserva de lucros | | 256.331 | - | 256.331 | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 236.242 | - | 236.242 | - |
| Total do patrimônio líquido | | 4.260.083 | 1.857.905 | 4.260.083 | 1.857.905 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 9.442.011 | 4.131.590 | 9.698.003 | 4.407.996 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | Nota | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| RECEITA LÍQUIDA | 18 | 1.566.847 | 1.117.631 | 1.759.972 | 1.329.055 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | 19.a | (986.110) | (380.404) | (1.111.843) | (536.631) |
| LUCRO BRUTO | | 580.737 | 737.227 | 648.129 | 792.424 |
| Despesas gerais e administrativas | 19.b | (30.703) | (215.348) | (34.743) | (217.706) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 19.b | 46.298 | 38.692 | - | - |
| TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | | 15.595 | (176.656) | (34.743) | (217.706) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS | | 596.332 | 560.571 | 613.386 | 574.718 |
| Receitas financeiras | 20 | 352.270 | 44.176 | 390.245 | 62.459 |
| Despesas financeiras | 20 | (434.066) | (219.570) | (466.053) | (240.319) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | | 514.536 | 385.177 | 537.578 | 396.858 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 11.b | (118.608) | (155.985) | (140.699) | (167.702) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 11.b | (59.756) | 36.824 | (60.707) | 36.860 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 17.f | 336.172 | 266.016 | 336.172 | 266.016 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Lucro líquido do exercício | 336.172 | 266.016 | 336.172 | 266.016 |
| Ajustes de conversão | 150.801 | - | 150.801 | - |
| Reserva de hedge, líquido de impostos 22 | 85.441 | - | 85.441 | - |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 572.414 | 266.016 | 572.414 | 266.016 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais.

| Nota | Capital Social | Reserva de capital | Reserva de lucros | | Ajuste de avaliação patrimonial | | Lucros acumulados | Total |
|---|------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------|-------------------|------------------|
| | | | Reserva de legal | Reserva de retenção de lucros | Reserva de hedge | Ajuste de conversão | | |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 1.291.488 | 566.417 | - | - | - | - | - | 1.857.905 |
| Resultados abrangentes do exercício | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 17 | - | - | - | - | - | 266.016 | 266.016 |
| | | - | - | - | - | - | 266.016 | 266.016 |
| Transações com acionistas e constituição de reservas | | | | | | | | |
| Dividendos pagos antecipadamente | 17 | - | - | - | - | - | (138.000) | (138.000) |
| Dividendos obrigatórios | 17 | - | - | - | - | - | (128.016) | (128.016) |
| | | - | - | - | - | - | (266.016) | (266.016) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 1.291.488 | 566.417 | - | - | - | - | - | 1.857.905 |
| Resultados abrangentes do exercício | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 17 | - | - | - | - | - | 336.172 | 336.172 |
| Outros resultados abrangentes do exercício | | - | - | - | 85.441 | 150.801 | - | 236.242 |
| | | - | - | - | 85.441 | 150.801 | 336.172 | 572.414 |
| Transações com acionistas e constituição de reservas | | | | | | | | |
| Integralização de capital social | 17 | 1.448.918 | 460.687 | - | - | - | - | 1.909.605 |
| Reserva legal | 17 | - | - | 16.809 | - | - | (16.809) | - |
| Dividendos obrigatórios | 17 | - | - | - | - | - | (79.841) | (79.841) |
| Dividendos adicionais propostos | 17 | - | - | - | 239.522 | - | (239.522) | - |
| | | 1.448.918 | 460.687 | 16.809 | 239.522 | - | (336.172) | 1.829.764 |
| Em 31 de dezembro de 2025 | 2.740.406 | 1.027.104 | 16.809 | 239.522 | 85.441 | 150.801 | - | 4.260.083 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em milhares de reais.

| Nota | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|--------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 336.172 | 266.016 | 336.172 | 266.016 |
| Ajustes por: | | | | |
| Depreciação e amortização | 7 e 8 | 179.257 | 132.839 | 290.617 |
| Baixas líquidas de imobilizado e intangível | | 12.552 | 5.113 | 13.864 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6.b | (46.298) | (38.692) | - |
| Redução ao valor recuperável dos ativos | | - | - | - |
| Juros, variações monetárias e outras variações financeiras | | 268.858 | 214.940 | 290.886 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11.b | 178.364 | 119.161 | 201.406 |
| Repactuação do risco hidrológico | | (1.218) | 8.997 | (1.218) |
| Amortização do juros capitalizados | | 12.422 | 5.549 | - |
| Amortização prêmio de repactuação do risco hidrológico | | - | - | - |
| Provisões (reversões) para processos judiciais | 15.b | (8.241) | 167.174 | (8.241) |
| Efeito dos instrumentos financeiros derivativos | 22 | (83.486) | - | (83.486) |
| Ajuste de conversão e variações cambiais não realizadas | | (49.380) | - | (47.813) |
| | | 799.002 | 881.097 | 992.187 |
| | | | | 1.039.889 |
| Varição de ativos e passivos | | | | |
| Contas a receber | | (147.784) | (5.185) | (140.313) |
| Tributos a recuperar | | (27.616) | (73.952) | (26.594) |
| Depósitos judiciais | | (1.189) | 1.993 | (1.280) |
| Outros ativos | | 978 | (8.649) | (1.530) |
| Fornecedores | | 147.920 | (19.724) | 155.537 |
| Salários e encargos a pagar | | 3.200 | 472 | 3.200 |
| Tributos e contribuições sociais | | (9.844) | 66.078 | (20.591) |
| Outros passivos | | 5.484 | 3.417 | 5.523 |
| | | (28.851) | (35.550) | (26.048) |
| | | | | (67.689) |
| Caixa gerado pelas operações | | 770.151 | 845.547 | 966.139 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (224.743) | (142.314) | (224.743) |
| Recebimento de NDF e SWAP | | 20.752 | - | 20.752 |
| Provisão para compromissos futuros pagos | 14 | (19.162) | (15.463) | (22.430) |
| Juros pagos | 12.a | (106.003) | (71.254) | (115.618) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 440.995 | 616.516 | 624.100 |
| | | | | 719.609 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | |
| Adições no imobilizado e no intangível | | (51.301) | (37.967) | (71.830) |
| Aumento/Integralização de capital em controladas | 6.a | (164.121) | (38.973) | - |
| Dividendos recebidos | | 88.254 | 9.125 | - |
| Novas aplicações financeiras | | 242.222 | (1.303.309) | 80.313 |
| Resgates de aplicações financeiras | | (169.894) | 1.231.522 | - |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento | | (54.840) | (139.602) | 8.483 |
| | | | | (151.816) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Pagamentos de financiamentos e debêntures | 13 | (61.479) | (51.855) | (236.023) |
| Pagamentos de arrendamentos | | (1.632) | (1.489) | (7.038) |
| Pagamento de concessões | 12 | (120.446) | (116.582) | (120.446) |
| Pagamento de dividendos | 15.b | (128.016) | (324.423) | (128.016) |
| Financiamentos obtidos | 13 | 167.640 | - | 167.640 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento | | (143.933) | (494.349) | (323.883) |
| | | | | (509.144) |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 242.222 | (17.435) | 308.700 |
| No início do exercício | 3 | 253.237 | 270.672 | 440.472 |
| No fim do exercício | 3 | 495.459 | 253.237 | 749.172 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | | 242.222 | (17.435) | 308.700 |
| | | | | 58.649 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 | Contexto operacional

1.1 | Informações corporativas

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais. A Companhia iniciou suas operações em 27 de fevereiro de 2015, data em que foram transferidos ativos de geração de energia elétrica pelos então acionistas Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). Anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. e Vale Geração de Energia S.A., e, posteriormente, a Companhia adotou sua atual denominação social, Aliança Geração de Energia S.A., em 17 de janeiro de 2014. Em 5 de agosto de 2014, a Cemig GT ingressou como acionista, por meio da assinatura do Acordo de Associação que estabeleceu a formação da joint venture entre os acionistas.

1.2 | Reestruturações societárias ocorridas em 2024

Em 27 de março de 2024, a Vale celebrou contrato para aquisição da totalidade da participação de 45% detida pela Cemig GT na Aliança. A operação foi concluída em agosto de 2024, resultando na transferência integral dessa participação para a Vale, sem alterações na estrutura de capital ou nas operações da Companhia.

1.3 | Transações societárias em 2025, nova Aliança

Em 31 de março de 2025, a Vale celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners visando à venda de um percentual da Aliança. No dia 01 de setembro de 2025, a Vale transferiu para Aliança os ativos do parque eólico fotovoltaico, Sol do Cerrado, com capacidade instalada de 681 MW, para 17 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) nas quais a Aliança detém 100% de participação. O valor total do aporte foi de R\$1.343.075. Na mesma data, a Vale transferiu para a Aliança sua participação de 50% no Consórcio Risoleta Neves, no montante de R\$105.843, resultando na consolidação de 100% da participação da Companhia na referida usina.

Em 18 de setembro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos instrumentos contratuais, foi formalizada o acordo de venda entre a Vale e a GIP Horizon I S.A. (“GIP Horizon”) no âmbito da Aliança. Com a conclusão da operação, a Vale passou a deter 30% e a GIP Horizon 70% do capital social da Companhia, mediante contraprestação paga pela GIP Horizon à Vale pela transferência parcial de participação.

Na mesma data, 18 de setembro de 2025, e em decorrência dessa reorganização societária, a Aliança realizou a incorporação reversa da GIP Horizon. Embora a GIP Horizon seja a adquirente sob a perspectiva legal, a análise dos fluxos decisórios e da estrutura de governança resultante indicou que a Aliança deve ser identificada como a adquirente contábil, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios. Assim, a Companhia passou a reconhecer os ativos e passivos da GIP Horizon pelo respectivo valor justo na data da operação, conforme demonstrado nas tabelas a seguir, em reais e dólares.

Como consequência dessa incorporação reversa, os 70% do capital social da Aliança que estavam juridicamente registrados em nome da GIP Horizon foram transferidos para sua acionista majoritária, a GIP Horizon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Ltda. (“GIP”), que passou a ser reconhecida como o controlador final, conforme o acordo societário vigente. Para maiores detalhes da estrutura de participação acionária, veja nota explicativa nº 17 - Patrimônio Líquido.

A combinação de negócios foi contabilizada com base nos valores justos dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da GIP Horizon (entidade incorporada), aplicando-se integralmente os requisitos do adquirente contábil conforme o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Para mais detalhes sobre a incorporação da mais valia e empréstimos, veja as notas explicativas nº 7 - Imobilizado e 13 - Financiamentos e debêntures, respectivamente.

GIP Horizon I S.A.

| ATIVO | (Em reais mil) | (Em dólares mil) |
|---|------------------|------------------|
| | CONTROLADORA | CONTROLADORA |
| | 18/09/2025 | 18/09/2025 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Investimento - Valor contábil | 2.476.994 | 465.557 |
| Investimento - Mais valia | 2.854.912 | 536.587 |
| Total do ativo não circulante | 5.331.906 | 1.002.144 |
| Total do ativo | 5.331.906 | 1.002.144 |
| PASSIVO | | |
| | (Em reais mil) | (Em dólares mil) |
| | CONTROLADORA | CONTROLADORA |
| | 18/09/2025 | 18/09/2025 |
| NÃO CIRCULANTE | | |
| Empréstimos | 2.394.225 | 450.000 |
| Total do passivo não circulante | 2.394.225 | 450.000 |
| PATIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Capital social | 2.995.030 | 562.923 |
| Resultado do exercício | (57.349) | (10.779) |
| Total patrimônio líquido | 2.937.681 | 552.144 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 5.331.906 | 1.002.144 |

Valores expressos em reais mil e dólares mil.

Após a incorporação reversa e considerando que aquisição final foi de 70%, a alocação da mais valia ficou conforme segue:

| | Alocação da mais valia |
|--|------------------------|
| Mais valia direta (ativos hídricos) – Nota explicativa 8 (a) | 2.090.848 |
| Mais valia indireta (eólicos e solares) – Notas explicativas 6 e 7 (a) | 500.449 |
| Ativo fixo - Notas explicativas 6 e 7 (b) | 168.091 |
| Ativos indenizatórios (c) | 180.159 |
| Passivos contingentes (c) | (136.132) |
| Debêntures a valor de mercado – Nota explicativa 13 (d) | 51.497 |
| Total mais valia | 2.854.912 |

- (a) As mais valias diretas e indiretas correspondem ao valor da mais valia da concessão e outorgas autorizadas que foram valorizadas com base nas projeções baseadas na metodologia de lucros excedentes (MPEEM) de receita baseada em preços de mercado futuros e volume de energia vendida, custos e despesas operacionais, taxa de desconto baseada na metodologia WACC, dentre outras premissas.

- (b) No individual os valores do laudo foram alocados no investimento e para fins do consolidado os valores são alocados no imobilizado. Os valores justos levaram em consideração a vida útil do ativo, valor de reposição, taxa de depreciação econômica e sua obsolescência.
- (c) Ativos indenizatórios e passivos contingentes decorrentes da transação estão relacionadas a litígios em curso não reconhecidos contabilmente pelo CPC 25/IAS 37 e, para os quais, há previsão contratual de reembolso à Aliança em caso de perda das ações. Estes passivos foram estimados pelo seu valor justo (valor esperado de desembolso) e os ativos são reflexos destes valores.
- (d) Debêntures foram recalculadas pelo seu valor justo na data da transação e teve como principal premissa seu valor de mercado de negociação.

1.4 | Operação e estrutura

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 2.189 MW. Desse total, (i) 1.229 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 659 MW médios, (ii) 279 MW por meio de participações em 8 Centrais Eólicas com garantia física de 127 MW médios e (iii) 681 MW através de participações em 17 UFVs com uma garantia física de 204 MW médios (os saldos correspondem ao percentual de participação da Aliança nas Usinas). Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 - Investimentos.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas, centrais eólicas e fotovoltaicas:

| Empreendimento (Usinas Hidrelétricas) | Participação Aliança | Município (em MG) | Rio | Capacidade Instalada (MW) ¹ | Energia assegurada (MW médios) | Vencimento da Concessão |
|---|----------------------|-------------------|---------------|--|--------------------------------|-------------------------|
| Funil | 100% | Perdões | Grande | 180 | 80 | Mai/40 |
| Eliezer Batista ("Aimorés") | 100% | Aimorés | Doce | 330 | 173 | Nov/39 |
| Amador Aguiar ("Consórcio Capim Branco") ¹ | | | | | | |
| Amador Aguiar I ("Capim Branco I") | 87,37% | Araguari | Araguari | 240 | 147 | Nov/42 |
| Amador Aguiar I ("Capim Branco II") ² | 87,37% | Araguari | Araguari | 210 | 125 | Abr/42 ² |
| Porto Estrela ("Consórcio de Porto Estrela") ¹ | 66,67% | Joanésia | Santo Antônio | 112 | 59 | Jul/32 |
| Igarapava ("Consórcio de Igarapava") ¹ | 52,65% | Conquista | Grande | 210 | 128 | Set/31 |
| Risoleta Neves | 100% | Rio Doce | Doce | 140 | 62 | Dez/38 |

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio aplicadas a participação da Aliança.

² Repactuação do ACR finalizada. A Repactuação ACL foi homologada pela ANEEL, mas ainda falta a assinaturas do aditivo ao Contrato de Concessão

| Empreendimento (Centrais Eólicas) | Participação Aliança | Estado | Município | Capacidade Instalada (MW) | Energia assegurada (MW médios) | Vencimento da Autorização |
|-----------------------------------|----------------------|--------|-----------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Parque Eólico Santo Inácio (CESI) | | | | | | |
| São Raimundo | 100% | Ceará | Icapuí | 23,10 | 11,20 | Jun/2051 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | | | | | | |
|-----------------------------|------|---------------------|---|-------|-------|----------|
| Santo Inácio III | 100% | Ceará | Icapuí | 29,40 | 13,60 | Jun/2051 |
| Garrote | 100% | Ceará | Icapuí | 23,10 | 10,50 | Jun/2051 |
| Santo Inácio IV | 100% | Ceará | Icapuí | 23,10 | 10,70 | Jun/2051 |
| Gravier | 100% | Ceará | Icapuí | 71,40 | 28,10 | Ago/2055 |
| Parque Eólico Acauãs | | | | | | |
| Acauã I | 100% | Rio Grande do Norte | Santana do Matos | 46,20 | 23,80 | Abr/2055 |
| Acauã II | 100% | Rio Grande do Norte | Santana do Matos, São Vicente e Tenente Laurentino Cruz | 46,20 | 21,30 | Abr/2055 |
| Acauã III | 100% | Rio Grande do Norte | Santana do Matos, São Vicente e Lagoa Nova | 16,80 | 7,60 | Fev/2055 |

| Empreendimento (Fotovoltaicos) | Participação Aliança | Estado | Município | Capacidade Instalada (MW) | Energia assegurada (MW médios) | Vencimento da Autorização |
|--------------------------------------|----------------------|--------------|-----------|---------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| Parque Solar (Sol do Cerrado) | | | | | | |
| Sol do Cerrado - AC III | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,60 | Ago/2054 |
| Sol do Cerrado - AC IV | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,60 | Ago/2054 |
| Sol do Cerrado - AC V | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,50 | Ago/2054 |
| Sol do Cerrado - AC VI | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,80 | Ago/2054 |
| Sol do Cerrado - AC VII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,10 | Fev/2054 |
| Sol do Cerrado - AC VIII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Fev/2054 |
| Sol do Cerrado - AC IX | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 29,62 | 8,80 | Mar/2054 |
| Sol do Cerrado - AC X | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Mar/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XV | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 49,37 | 15,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XVI | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XVII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 49,37 | 15,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XVIII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XIX | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XX | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 12,00 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XXI | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,60 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XXII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,60 | Dez/2054 |
| Sol do Cerrado - AC XXIII | 100% | Minas Gerais | Jaíba | 39,50 | 11,50 | Dez/2054 |

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais (BC 22 item C do IAS 23 – *Borrowing Costs*).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem exclusivamente os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sem observância a outras normas e regulações específicas da legislação societária e normas de reguladores.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 10 de abril de 2026, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e autorizaram a sua conclusão.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

2.3 | Moedas funcional e de apresentação das informações contábeis

a. Moeda funcional

A partir de 18 de setembro de 2025, a Administração concluiu que o dólar norte-americano (“US\$”) passou a representar a moeda do principal ambiente econômico em que a controladora e suas controladas operam, sendo, portanto, definida como a moeda funcional da Companhia, nos termos estabelecidos pelo CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. Para atendimento à legislação societária brasileira, as demonstrações financeiras continuam sendo apresentadas em reais (“R\$”), que constituem a moeda de apresentação da Companhia.

A alteração da moeda funcional foi determinada com base em mudanças substanciais no ambiente operacional e financeiro da Companhia, destacando-se os seguintes fatores:

- **Incorporação reversa da GIP Horizon:** a GIP Horizon foi incorporada pela Companhia, resultando na assunção de dívidas expressas majoritariamente em moeda estrangeira, tornando o volume de obrigações em dólar predominante na estrutura de capital;
- **Predominância das receitas e fluxos operacionais em USD:** após a conclusão da transação de aquisição, a receita da Aliança e suas controladas serão aproximadamente 62% em US\$ e 38% em R\$. Logo os recursos gerados pelas atividades operacionais serão acumulados em USD, usados para pagar o serviço da dívida e o lucro gerado na operação será distribuído como dividendos para o acionista estrangeiro em US\$; e
- **Ambiente de gestão operacional e financeira:** a Companhia passou a centralizar decisões estratégicas, incluindo financiamento, comercialização e gestão operacional, em nível da Aliança, caracterizando as controladas como extensão de suas operações. Parte significativa dos custos operacionais e potenciais aportes de capital também serão denominados e realizados em US\$. As atividades de financiamento encontram-se preponderantemente concentradas em US\$. Adicionalmente, os fluxos de caixa operacionais das controladas serão acumulados e distribuídos à Aliança em US\$.

b. Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, as informações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, convertendo-se as informações contábeis individuais e consolidadas preparadas na moeda funcional da Controladora para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço;
- Contas de resultado, resultado abrangente e demonstrações do fluxo de caixa são convertidos utilizando as taxas das datas das transações; e
- Patrimônio líquido é convertido pelo valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes das conversões acima têm sua contrapartida reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão.

c. Transações e saldos

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Como a alteração da moeda funcional ocorreu apenas em 18 de setembro de 2025, não há a necessidade de informar os saldos dos períodos ou exercícios anteriores uma vez que, naquele período a moeda de apresentação e a moeda funcional eram reais.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Balancos patrimoniais individual e consolidado (em milhares de USD)

| ATIVO | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 90.044 | 47.772 | 136.162 | 83.092 |
| Aplicações financeiras | 14.946 | 29.058 | 14.946 | 29.067 |
| Contas a receber | 52.140 | 26.243 | 55.238 | 30.816 |
| Estoques | 2.088 | 2.338 | 3.091 | 2.872 |
| Tributos a recuperar | 5.440 | 389 | 5.675 | 709 |
| Dividendos a receber | 1.745 | 5.766 | - | - |
| Instrumento financeiro derivativo | 18.591 | - | 18.591 | - |
| Outros valores a receber | 1.769 | 1.049 | 2.515 | 1.730 |
| Total do ativo circulante | 186.763 | 112.615 | 236.218 | 148.286 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Aplicações financeiras | - | - | 4.351 | 6.022 |
| Tributos a recuperar | - | - | - | 117 |
| Depósitos vinculados a litígios | 2.443 | 1.624 | 2.567 | 1.736 |
| Outros valores a receber | 33.613 | 1.196 | 33.613 | 1.196 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | 194 |
| Instrumento financeiro derivativo | 23.926 | - | 23.926 | - |
| Realizável a longo prazo | 59.982 | 2.820 | 64.457 | 9.265 |
| Investimento | 730.169 | 326.527 | - | - |
| Imobilizado | 243.200 | 230.212 | 862.604 | 560.729 |
| Intangível | 492.000 | 107.225 | 595.409 | 113.260 |
| Total do ativo não circulante | 1.525.351 | 666.784 | 1.522.470 | 683.254 |
| Total do ativo | 1.712.114 | 779.399 | 1.758.688 | 831.540 |

¹Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira passaram a ser convertidos para a moeda funcional a partir de 18 de setembro de 2025. Dessa forma, não se aplica a conversão para 31 de dezembro de 2024 com base na nova moeda funcional. Entretanto, visando preservar a comparabilidade das informações contábeis entre os períodos apresentados, realizamos a conversão dos saldos de 2024, utilizando a taxa de câmbio de US\$1,00 para R\$5,3010, correspondente à cotação vigente na data de alteração da moeda funcional (18 de setembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores | 38.071 | 6.693 | 48.364 | 16.352 |
| Salários e encargos a pagar | 3.681 | 3.166 | 3.681 | 3.166 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | 3.352 | 2.337 | 4.391 | 2.591 |
| Tributos a recolher sobre o lucro | (3.912) | 18.925 | (2.268) | 19.316 |
| Concessões a pagar | 7.459 | 7.743 | 7.459 | 7.743 |
| Financiamentos e debêntures | 9.735 | 16.439 | 9.735 | 18.998 |
| Arrendamentos | 271 | 304 | 2.194 | 936 |
| Encargos regulatórios a recolher | 1.618 | 1.460 | 1.639 | 1.475 |
| Provisão para compromissos futuros | 4.441 | 3.518 | 6.197 | 3.854 |
| Dividendos a pagar | 14.927 | 24.149 | 14.927 | 24.149 |
| Outros passivos | 1.815 | 1.728 | 1.816 | 1.737 |
| Total do passivo circulante | 81.458 | 86.462 | 98.135 | 100.317 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Concessões a pagar | 32.231 | 37.445 | 32.231 | 37.445 |
| Financiamentos e debêntures | 672.346 | 203.981 | 672.346 | 233.372 |
| Arrendamentos | 386 | 617 | 17.774 | 6.150 |
| Encargos regulatórios a recolher | 1.573 | 969 | 1.573 | 969 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 66.142 | 49.079 | 66.142 | 49.094 |
| Provisão para compromissos futuros | 20.549 | 17.091 | 33.048 | 20.438 |
| Provisões para processos judiciais | 31.249 | 33.273 | 31.259 | 33.273 |
| Instrumento financeiro derivativo | 7.589 | - | 7.589 | - |
| Passivo contingente por aquisição de investimento | 24.740 | - | 24.740 | - |
| Total do passivo não circulante | 856.805 | 342.455 | 886.702 | 380.741 |
| Total dos passivos | 938.263 | 428.917 | 984.837 | 481.058 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | 516.960 | 243.631 | 516.960 | 243.631 |
| Reserva de capital | 193.438 | 106.851 | 193.438 | 106.851 |
| Reserva de lucros | 47.925 | - | 47.925 | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 15.528 | - | 15.528 | - |
| Total do patrimônio líquido | 773.851 | 350.482 | 773.851 | 350.482 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 1.712.114 | 779.399 | 1.758.688 | 831.540 |

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira passaram a ser convertidos para a moeda funcional a partir de 18 de setembro de 2025. Dessa forma, não se aplica a conversão para 31 de dezembro de 2024 com base na nova moeda funcional. Entretanto, visando preservar a comparabilidade das informações contábeis entre os períodos apresentados, realizamos a conversão dos saldos de 2024, utilizando a taxa de câmbio de US\$1,00 para R\$5,3010, correspondente à cotação vigente na data de alteração da moeda funcional (18 de setembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstrações do resultado individual e consolidado (em milhares de USD)

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| RECEITA LÍQUIDA | 293.258 | 210.834 | 351.276 | 250.718 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | (184.130) | (71.761) | (229.536) | (101.232) |
| LUCRO BRUTO | 109.128 | 139.073 | 121.740 | 149.486 |
| Despesas gerais e administrativas | (5.473) | (40.624) | (6.264) | (41.069) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 8.631 | 7.299 | - | - |
| TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS | 3.158 | (33.325) | (6.264) | (41.069) |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS | 112.286 | 105.748 | 115.476 | 108.417 |
| Receitas financeiras | 45.152 | 8.334 | 52.258 | 11.782 |
| Despesas financeiras | (61.024) | (41.420) | (67.013) | (45.335) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS | 96.414 | 72.662 | 100.721 | 74.864 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (31.002) | (29.426) | (35.135) | (31.636) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (2.560) | 6.945 | (2.734) | 6.953 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 62.852 | 50.181 | 62.852 | 50.181 |

Os resultados denominados em moeda estrangeira passaram a ser convertidos para a moeda funcional a partir de 18 de setembro de 2025. Dessa forma, não se aplica a conversão para 31 de dezembro de 2024 com base na nova moeda funcional. Entretanto, visando preservar a comparabilidade das informações contábeis entre os períodos apresentados, realizamos a conversão dos saldos de 2024, utilizando a taxa de câmbio de US\$1,00 para R\$5,3010, correspondente à cotação vigente na data de alteração da moeda funcional (18 de setembro de 2025).

2.4 | Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III, Santo Inácio IV, Acauã I, Acauã II, Acauã III, Gravier e as 17 SPEs de Sol do Cerrado em conjunto denominadas de "Grupo", na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Parque Eólico Santo Inácio, Gravier, Acauã e Sol do Cerrado, vide Nota Explicativa nº 6 - Investimentos.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 1.3 – Transação societária** – premissas para alocação do preço da aquisição na combinação de negócios e julgamentos associados a dedutibilidade da mais valia;
- **Notas 7 e 8 - Depreciação e amortização** - taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Notas 7 e 8 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 12 - Concessões a pagar** - atualização monetária: risco de inflação da premissa utilizada;
- **Nota 23 - Instrumentos financeiros derivativos** - mensuração do ativo e passivo: premissas e projeções utilizadas;
- **Notas 9, 14 e 15 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Notas 5 e 18 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.6 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

a. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

A Companhia mantém planos de contribuição definida, cujas contribuições são reconhecidas no resultado quando incorridas e não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

2.7 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação dessas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais e iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações

descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para as demonstrações do fluxo de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação a estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. OUTRAS NORMAS CONTÁBEIS

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Moeda não conversível em outra moeda (alterações ao CPC 02/IAS 21), data efetiva 1 de janeiro de 2025;
- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9/IFRS7), data efetiva 1 de janeiro de 2026; e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9/IFRS7), data efetiva 1 de janeiro de 2026.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixa e contas bancárias | 32.640 | 2.864 | 32.640 | 2.864 |
| Recursos mantidos em aplicações financeiras | 462.819 | 250.373 | 716.532 | 437.608 |
| | 495.459 | 253.237 | 749.172 | 440.472 |

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 93% e 115% em 31 de dezembro de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

4 | Aplicações financeiras

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Certificados de depósitos bancários - CDB ¹ | 82.238 | 154.035 | 82.285 | 154.086 |
| Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ² | - | - | 23.941 | 31.922 |
| | 82.238 | 154.035 | 106.226 | 186.008 |
| Ativo circulante | 82.238 | 154.035 | 82.285 | 154.086 |
| Ativo não circulante | - | - | 23.941 | 31.922 |
| | 82.238 | 154.035 | 106.226 | 186.008 |

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 93% e 115% em 31 de dezembro de 2025 (98% e 115% em 31 de dezembro 2024) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 98,8% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024), conforme definido na contratação de cada operação. O montante aplicado no fundo de investimento é mantido como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Em agosto de 2025, a Companhia realizou o pagamento integral do saldo remanescente ao Finem BNDES, extinguindo assim os compromissos financeiros vinculados ao BNDES. As contas reservas de O&M e serviço da dívida da 2ª emissão de debêntures dadas em garantias aos debenturistas (caixa restrito), seguem mantidas e com saldos suficientes para suprir os pagamentos junto ao banco administrador.

Política contábil

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

Para mais detalhes sobre a Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Industrial ou equivalentes | 124.969 | 65.351 | 124.969 | 81.682 |
| Suprimento a outras concessionárias | 145.971 | 67.499 | 151.860 | 73.386 |
| Câmara de comercialização de energia elétrica | 15.456 | 6.045 | 26.842 | 8.255 |
| Outros valores a receber | 500 | 217 | - | 35 |
| | 286.896 | 139.112 | 303.671 | 163.358 |

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, a Companhia

não possuía títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

Perda esperada (*Impairment*)

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Para mais detalhes sobre a política do contas a receber vejam as notas nº 18 - Receita líquida e nº 22 - Instrumentos financeiros.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS

| | CONTROLADORA | | | | | | | 31/12/2025 |
|-------------------------|------------------|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---|------------------------|------------------|
| | 31/12/2024 | Integraliza- ção de capi- tal | Adição (Amortização) | Resultado do período | Dividendos a receber | Reversão dividendos a receber (i) | Ajuste de conversão | |
| São Raimundo | 109.364 | 44.307 | - | 4.904 | (11.993) | 3.718 | 4.860 | 155.160 |
| Santo Inácio III | 92.689 | 43.662 | - | 10.041 | (23.905) | 8.041 | 4.235 | 134.763 |
| Garrote | 78.587 | 30.497 | - | 7.641 | (22.182) | 7.428 | 3.240 | 105.211 |
| Santo Inácio IV | 79.411 | 28.143 | - | 8.871 | (25.136) | 8.465 | 3.211 | 102.965 |
| Gravier | 421.715 | - | - | 6.217 | (12.626) | 2.913 | 13.604 | 431.823 |
| Acauã I | 297.024 | - | - | 3.425 | - | - | 11.667 | 312.116 |
| Acauã II | 306.614 | - | - | 3.687 | - | - | 11.172 | 321.473 |
| Acauã III | 158.468 | - | - | 482 | - | - | 5.476 | 164.426 |
| Sol do Cerrado III | - | 81.484 | - | 33 | (56) | - | 3.309 | 84.770 |
| Sol do Cerrado IV | - | 79.255 | - | (623) | - | - | 3.215 | 81.847 |
| Sol do Cerrado V | - | 77.222 | - | 272 | (113) | - | 3.149 | 80.530 |
| Sol do Cerrado VI | - | 77.260 | - | (493) | - | - | 3.155 | 79.922 |
| Sol do Cerrado VII | - | 90.055 | - | 396 | (141) | - | 3.634 | 93.944 |
| Sol do Cerrado VIII | - | 85.654 | - | (5) | (49) | - | 3.472 | 89.072 |
| Sol do Cerrado IX | - | 53.879 | - | 999 | (270) | - | 2.211 | 56.819 |
| Sol do Cerrado X | - | 59.799 | - | 835 | (246) | - | 2.496 | 62.884 |
| Sol do Cerrado XV | - | 98.793 | - | 133 | (92) | - | 4.029 | 102.863 |
| Sol do Cerrado XVI | - | 82.303 | - | 320 | (123) | - | 3.338 | 85.838 |
| Sol do Cerrado XVII | - | 96.883 | - | 64 | (79) | - | 3.959 | 100.827 |
| Sol do Cerrado XVIII | - | 79.365 | - | 220 | (100) | - | 3.228 | 82.713 |
| Sol do Cerrado XIX | - | 74.572 | - | 398 | (142) | - | 3.047 | 77.875 |
| Sol do Cerrado XX | - | 84.682 | - | 134 | (80) | - | 3.428 | 88.164 |
| Sol do Cerrado XXI | - | 112.173 | - | (268) | - | - | 4.460 | 116.365 |
| Sol do Cerrado XXII | - | 62.565 | - | 424 | (149) | - | 2.596 | 65.436 |
| Sol do Cerrado XXIII | - | 64.643 | - | 308 | (122) | - | 2.675 | 67.504 |
| Mais valia CESI | 7.798 | - | (295) | - | - | - | 284 | 7.787 |
| Mais valia incorporação | - | - | 662.301 | - | - | - | 22.643 | 684.944 |
| Juros capitalizados | 179.251 | - | (6.185) | - | - | - | 6.575 | 179.641 |
| | 1.730.921 | 1.507.196 | 655.821 | 48.415 | (97.604) | 30.565 | 142.368 | 4.017.682 |

| | CONTROLADORA | | | | | | 31/12/2024 |
|---------------------|------------------|---------------------------------|---------------|----------------|---------------------------|-------------------------|------------------|
| | 31/12/2023 | Aumento de Capi- tal/AFAC | Adição | Amortização | Resultado do exercício | Dividendos a receber | |
| São Raimundo | 104.404 | - | - | - | 5.744 | (784) | 109.364 |
| Santo Inácio III | 88.478 | - | - | - | 5.521 | (1.310) | 92.689 |
| Garrote | 73.750 | - | - | - | 6.344 | (1.507) | 78.587 |
| Santo Inácio IV | 73.579 | - | - | - | 7.654 | (1.822) | 79.411 |
| Gravier | 415.922 | - | - | - | 12.266 | (6.473) | 421.715 |
| Acauã I | 275.874 | 25.205 | - | - | (4.055) | - | 297.024 |
| Acauã II | 296.460 | 3.767 | - | - | 6.387 | - | 306.614 |
| Acauã III | 149.341 | 10.001 | - | - | (874) | - | 158.468 |
| Mais valia CESI | 8.093 | - | - | (295) | - | - | 7.798 |
| Juros capitalizados | 174.534 | - | 10.266 | (5.549) | - | - | 179.251 |
| | 1.660.435 | 38.973 | 10.266 | (5.844) | 38.987 | (11.896) | 1.730.921 |

(i) Reversão de dividendos a receber

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a destinação do resultado do exercício de 2024 das Centrais Eólicas de Santo Inácio e Gravier foi realizada conforme prevê o estatuto social de cada Empresa, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em maio de 2025, o Conselho de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Administração aprovou uma nova proposta de destinação do resultado do exercício de 2024, deliberando a reclassificação do montante de dividendos ainda não pagos, relativo aos exercícios anteriores a 2024, para reserva de retenção de lucros. Logo, recompondo o saldo de investimento.

A composição da movimentação dos dividendos é conforme relacionado abaixo:

| CONTROLADORA | | | |
|------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------|
| | Dividendos propostos | Dividendos não pagos | Reclassificação reserva de lucros |
| São Raimundo | 1.142 | 2.576 | 3.718 |
| Santo Inácio III | 1.311 | 6.730 | 8.041 |
| Garrote | 1.507 | 5.921 | 7.428 |
| Santo Inácio IV | 1.818 | 6.647 | 8.465 |
| Gravier | 2.913 | - | 2.913 |
| | 8.691 | 21.874 | 30.565 |

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

| | CONTROLADORA | |
|--|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado do período | 48.415 | 38.987 |
| Ajuste de conversão | (1.822) | - |
| Amortização da mais valia CESI | (295) | (295) |
| Resultado da equivalência patrimonial | 46.298 | 38.692 |

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

| Centrais Eólicas | Início da amortização | Amortização acumulada em 31/12/2025 | Amortização acumulada em 31/12/2024 |
|--|-----------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Parque Eólico Santo Inácio (CESI) ¹ | Dez/2017 | 18.092 | 15.988 |
| Gravier | Dez/2022 | 3.966 | 2.644 |
| Acauã I | Jul/2024 | 1.910 | 636 |
| Acauã II | Jan/2024 | 2.082 | 1.041 |
| Acauã III | Out/2023 | 1.037 | 593 |
| | | 27.087 | 20.902 |

¹ O Parque Eólica Santo Inácio é composto pelas Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III, Garrote e Santo Inácio IV.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

| | 31/12/2025 | | | | | | |
|----------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) líquido | Receita líquida |
| São Raimundo | 28.311 | 136.415 | 4.895 | 4.671 | 155.160 | 4.904 | 23.336 |
| Santo Inácio III | 21.506 | 124.065 | 4.874 | 5.934 | 134.763 | 10.041 | 30.933 |
| Garrote | 18.210 | 95.691 | 4.128 | 4.562 | 105.211 | 7.641 | 23.387 |
| Santo Inácio IV | 16.374 | 95.076 | 3.912 | 4.573 | 102.965 | 8.871 | 24.175 |
| Gravier | 72.930 | 390.206 | 23.419 | 7.894 | 431.823 | 6.217 | 47.691 |
| Acauã I | 32.717 | 316.751 | 29.492 | 7.860 | 312.116 | 3.425 | 42.257 |
| Acauã II | 35.666 | 305.095 | 12.118 | 7.170 | 321.473 | 3.687 | 37.264 |
| Acauã III | 23.789 | 152.785 | 8.626 | 3.522 | 164.426 | 482 | 14.630 |
| Sol do Cerrado III | 5.254 | 90.347 | 3.938 | 6.893 | 84.770 | 33 | 6.400 |
| Sol do Cerrado IV | 3.524 | 88.089 | 2.873 | 6.893 | 81.847 | (623) | 5.026 |
| Sol do Cerrado V | 5.143 | 86.023 | 3.740 | 6.896 | 80.530 | 272 | 6.344 |
| Sol do Cerrado VI | 4.832 | 86.065 | 4.084 | 6.891 | 79.922 | (493) | 6.449 |
| Sol do Cerrado VII | 5.572 | 99.277 | 3.917 | 6.988 | 93.944 | 396 | 6.654 |
| Sol do Cerrado VIII | 5.250 | 94.767 | 3.961 | 6.984 | 89.072 | (5) | 6.554 |
| Sol do Cerrado IX | 4.685 | 60.157 | 2.790 | 5.233 | 56.819 | 999 | 4.980 |
| Sol do Cerrado X | 5.537 | 68.254 | 3.932 | 6.975 | 62.884 | 835 | 6.608 |
| Sol do Cerrado XV | 6.209 | 110.103 | 4.918 | 8.531 | 102.863 | 133 | 8.659 |
| Sol do Cerrado XVI | 5.335 | 91.173 | 3.846 | 6.824 | 85.838 | 320 | 6.627 |
| Sol do Cerrado XVII | 6.289 | 108.359 | 5.294 | 8.527 | 100.827 | 64 | 8.249 |
| Sol do Cerrado XVIII | 5.201 | 88.158 | 3.823 | 6.823 | 82.713 | 220 | 6.540 |
| Sol do Cerrado XIX | 5.369 | 83.248 | 3.917 | 6.825 | 77.875 | 398 | 6.595 |
| Sol do Cerrado XX | 5.324 | 93.608 | 3.946 | 6.822 | 88.164 | 134 | 6.664 |
| Sol do Cerrado XXI | 5.133 | 121.735 | 3.683 | 6.820 | 116.365 | (268) | 6.381 |
| Sol do Cerrado XXII | 5.154 | 70.941 | 3.835 | 6.824 | 65.436 | 424 | 6.404 |
| Sol do Cerrado XXIII | 5.023 | 73.070 | 3.764 | 6.825 | 67.504 | 308 | 6.274 |

| | 31/12/2024 | | | | | | |
|------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|
| | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) líquido | Receita líquida |
| São Raimundo | 27.876 | 140.887 | 11.346 | 48.053 | 109.364 | 5.744 | 25.204 |
| Santo Inácio III | 29.261 | 129.291 | 14.713 | 51.150 | 92.689 | 5.521 | 26.194 |
| Garrote | 29.502 | 99.310 | 12.307 | 37.918 | 78.587 | 6.344 | 22.176 |
| Santo Inácio IV | 31.328 | 98.689 | 12.745 | 37.861 | 79.411 | 7.654 | 23.168 |
| Gravier | 58.620 | 395.116 | 23.942 | 8.079 | 421.715 | 12.266 | 47.512 |
| Acauã I | 10.567 | 314.762 | 19.793 | 8.512 | 297.024 | (4.055) | 21.694 |
| Acauã II | 16.736 | 306.819 | 9.237 | 7.704 | 306.614 | 6.387 | 35.187 |
| Acauã III | 18.901 | 146.300 | 3.013 | 3.720 | 158.468 | (874) | 12.430 |

d. AQUISIÇÃO DA HUMAITÁ

Em 19 de dezembro de 2025 a Companhia assinou, na qualidade de compradora, a compra das ações da Humaitá Geradora de Energia e Participações S.A. detentora do Complexo Eólico de Caetitê do Norte.

O complexo fica localizado no município de Caetitê no estado da Bahia, está em plena operação por meio de 46 aerogeradores de 4.2W, totalizando a capacidade instalada de 193,2W.

Em 31 de dezembro de 2025 a conclusão da transação ainda está condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

| | Terrenos (a) | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Outros | Imobilizado em curso (b) | Total |
|------------------------------------|-----------------|---|---|----------------------------|----------------|--------------------------------|--------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | 112.094 | 1.044.180 | 274.188 | 1.121.762 | 2.210 | 76.573 | 2.631.007 |
| Adições | 3.497 | - | 3.256 | 9.109 | - | 38.365 | 54.227 |
| Baixas | (1.912) | - | (5.013) | (7.754) | - | (102) | (14.781) |
| Transferência | - | 601 | 288 | 14.944 | 84 | (15.917) | - |
| Em 31/12/2024 | 113.679 | 1.044.781 | 272.719 | 1.138.061 | 2.294 | 98.919 | 2.670.453 |
| Adições | 7.114 | - | - | - | - | 68.310 | 75.424 |
| Baixas | (877) | (165) | (87) | (4.301) | (194) | (4) | (5.628) |
| Transferência | 80 | 3.703 | 626 | 35.135 | 188 | (39.732) | 0 |
| Ajuste de conversão | 4.709 | 41.135 | 10.871 | 45.019 | 71 | 3.647 | 105.452 |
| Incorporação Risoleta ¹ | 3.342 | 35.752 | 9.131 | 32.045 | 15 | 1.128 | 81.413 |
| Em 31/12/2025 | 128.047 | 1.125.206 | 293.260 | 1.245.959 | 2.374 | 132.268 | 2.927.114 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | (42.820) | (546.223) | (151.651) | (633.824) | (1.227) | (4.567) | (1.380.312) |
| Adições | (4.365) | (31.324) | (9.527) | (33.810) | (76) | (352) | (79.454) |
| Baixas | 278 | - | 5.012 | 4.378 | - | - | 9.668 |
| Em 31/12/2024 | (46.907) | (577.547) | (156.166) | (663.256) | (1.303) | (4.919) | (1.450.098) |
| Adições | (4.586) | (33.136) | (10.049) | (36.178) | (87) | (352) | (84.388) |
| Baixas | 299 | 77 | 44 | 3.105 | 161 | 2 | 3.688 |
| Ajuste de conversão | (1.919) | (23.157) | (6.330) | (26.479) | (48) | (200) | (58.133) |
| Em 31/12/2025 | (53.113) | (633.763) | (172.501) | (722.808) | (1.277) | (5.469) | (1.588.931) |
| Valor líquido | | | | | | | |
| Em 31/12/2024 | 66.772 | 467.234 | 116.553 | 474.805 | 991 | 94.000 | 1.220.355 |
| Em 31/12/2025 | 74.934 | 491.443 | 120.759 | 523.151 | 1.097 | 126.799 | 1.338.183 |
| Taxa média de depreciação | 3,79% | 3,05% | 3,55% | 3,04% | 3,73% | 0,30% | 3,02% |

¹UHE Risoleta Neves, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

| | Terrenos (a) | Reservatórios, barragens e adutoras | Edificações, obras civis e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Outros | Imobilizado em curso (b) | TOTAL |
|------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|---|-------------------------|----------------|--------------------------|--------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | 136.231 | 1.043.732 | 310.899 | 2.171.057 | 17.875 | 896.917 | 4.576.711 |
| Adições | 16.939 | - | 3.256 | 9.109 | - | 112.006 | 141.310 |
| Baixas | (4.042) | - | (5.013) | (7.754) | (5.107) | (102) | (22.018) |
| Transferência | - | 601 | (3.538) | 296.576 | 3.079 | (296.718) | - |
| Em 31/12/2024 | 149.128 | 1.044.333 | 305.604 | 2.468.988 | 15.847 | 712.103 | 4.696.003 |
| Adições | 77.616 | - | - | - | 34.180 | 85.000 | 196.796 |
| Baixas | (1.347) | (165) | (87) | (4.301) | (194) | (8) | (6.102) |
| Transferência | 80 | 3.703 | 2.523 | 35.138 | 390 | (41.834) | - |
| Ajuste de conversão | 8.542 | 41.135 | 16.247 | 176.687 | 1.764 | 7.986 | 252.361 |
| Alocação mais valia | - | - | - | 168.091 | - | - | 168.091 |
| Incorporação Risoleta ¹ | 3.342 | 35.752 | 9.131 | 32.045 | 15 | 1.128 | 81.413 |
| Incorporação SdC ² | - | - | 113.298 | 1.179.673 | 1.417 | 52.563 | 1.346.951 |
| Em 31/12/2025 | 237.361 | 1.124.758 | 446.716 | 4.056.321 | 53.419 | 816.938 | 6.735.513 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | (45.267) | (546.223) | (156.788) | (821.007) | (2.921) | (5.667) | (1.577.873) |
| Adições | (5.347) | (31.324) | (10.832) | (108.592) | (705) | (557) | (157.357) |
| Baixas | 1.653 | - | 5.012 | 4.378 | 608 | - | 11.651 |
| Em 31/12/2024 | (48.961) | (577.547) | (162.608) | (925.221) | (3.018) | (6.224) | (1.723.579) |
| Adições | (6.675) | (33.136) | (12.775) | (131.770) | (915) | (580) | (185.851) |
| Alocação mais valia | - | - | - | (1.911) | - | - | (1.911) |
| Baixas | 650 | 77 | 44 | 3.105 | 161 | 2 | 4.039 |
| Ajuste de conversão | (2.001) | (23.157) | (6.043) | (33.304) | (91) | (260) | (64.856) |
| Em 31/12/2025 | (56.987) | (633.763) | (181.382) | (1.089.101) | (3.863) | (7.062) | (1.972.158) |
| Valor líquido | | | | | | | |
| Em 31/12/2024 | 100.167 | 466.786 | 142.996 | 1.543.767 | 12.829 | 705.879 | 2.972.424 |
| Em 31/12/2025 | 180.374 | 490.995 | 265.334 | 2.967.220 | 49.556 | 809.876 | 4.763.355 |
| Taxa média de depreciação | 3,45% | 3,06% | 3,40% | 3,93% | 2,64% | 0,08% | 3,22% |

¹UHE Risoleta Neves, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

²Parque Eólico Sol do Cerrado, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

- (e) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, a Companhia e suas controladas possuem terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$3.278 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.626 em 31 de dezembro de 2024) relacionados a imóveis arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento.

- (f) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$173.065 em 31 de dezembro 2025 (R\$179.251 em 31 de dezembro 2024). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento, vide nota explicativa nº 6 - Investimentos.

O valor residual dos ativos (imobilizado e intangível) é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Como toda a geração hidráulica da Companhia ocorre em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão, uma vez que existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio, Central Eólica Gravier, Centrais Eólicas Acauã e Usinas Fotovoltaicas Sol do Cerrado com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 31 de dezembro de 2025, o montante líquido registrado é de R\$39.831 (R\$6.252 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos imobilizados com vida útil indefinida.

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 14 - Provisão para compromissos futuros.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

| | Mais valia (a) | Licenças ambientais | Direito de uso do bem público | Servidão | Softwares | Direito de extensão de concessão | Intangível em curso | TOTAL |
|------------------------------------|------------------|---------------------|-------------------------------|--------------|----------------|----------------------------------|---------------------|------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | - | 108.049 | 151.961 | 1.131 | 2.187 | 502.176 | 124 | 765.628 |
| Adições | - | 14.640 | - | - | - | - | 88 | 14.728 |
| Baixas | - | (28.389) | - | - | (514) | - | - | (28.903) |
| Transferências | - | - | - | - | 88 | - | (88) | - |
| Em 31/12/2024 | - | 94.300 | 151.961 | 1.131 | 1.761 | 502.176 | 124 | 751.453 |
| Adições ² | 2.090.848 | 33.944 | - | - | - | 1.218 | 136 | 2.126.146 |
| Baixas | - | - | - | - | (92) | (10.500) | (112) | (10.704) |
| Transferências | - | - | - | - | 148 | - | (148) | - |
| Ajuste de conversão | 71.483 | 4.296 | 5.773 | 43 | 70 | 19.583 | - | 101.248 |
| Incorporação Risoleta ¹ | - | - | - | - | 14 | 26.238 | - | 26.252 |
| Em 31/12/2025 | 2.162.331 | 132.540 | 157.734 | 1.174 | 1.901 | 538.715 | - | 2.994.395 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | - | (13.915) | (70.512) | (438) | (1.800) | (71.907) | - | (158.572) |
| Adições | - | (14.474) | (8.074) | (39) | (155) | (30.643) | - | (53.385) |
| Baixas | - | 28.389 | - | - | 514 | - | - | 28.903 |
| Em 31/12/2024 | - | - | (78.586) | (477) | (1.441) | (102.550) | - | (183.054) |
| Adições | (41.400) | (13.465) | (8.074) | (39) | (124) | (30.784) | - | (93.886) |
| Baixas | - | - | - | - | 92 | - | - | 92 |
| Ajuste de conversão | (1.415) | (516) | (3.293) | (20) | (62) | (5.060) | - | (10.366) |
| Em 31/12/2025 | (42.815) | (13.981) | (89.953) | (536) | (1.535) | (138.394) | - | (287.214) |
| Valor líquido | | | | | | | | |
| Em 31/12/2024 | - | 94.300 | 73.375 | 654 | 320 | 399.626 | 124 | 568.399 |
| Em 31/12/2025 | 2.119.516 | 118.559 | 67.781 | 638 | 366 | 400.321 | - | 2.707.181 |
| Taxa média de amortização | 3,83% | 11,87% | 5,21% | 3,38% | 6,77% | 5,92% | 0,00% | 5,01% |

¹UHE Risoleta Neves, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

²Para mais detalhes da aquisição da mais valia, veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

| | Direito de Uso (a) | Licenças ambientais | Direito de uso do bem público | Servidão | Softwares | Direito de extensão de concessão | Intangível em curso | TOTAL |
|------------------------------------|--------------------|---------------------|-------------------------------|--------------|----------------|----------------------------------|---------------------|------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | 28.585 | 122.331 | 151.961 | 3.601 | 2.236 | 502.176 | 299 | 811.189 |
| Adições | - | 14.640 | - | - | - | - | 88 | 14.728 |
| Baixas | - | (38.570) | - | - | (514) | - | - | (39.084) |
| Transferências | - | - | - | 175 | 88 | - | (263) | - |
| Em 31/12/2024 | 28.585 | 98.401 | 151.961 | 3.776 | 1.810 | 502.176 | 124 | 786.833 |
| Adições | - | 60.690 | - | - | - | 1.218 | 151 | 62.059 |
| Baixas | - | (1.296) | - | - | (92) | (10.500) | (112) | (12.000) |
| Transferências | - | - | - | - | 163 | - | (163) | - |
| Ajuste de conversão | 72.186 | 5.385 | 5.773 | 144 | 72 | 19.583 | - | 103.143 |
| Alocação mais valia | 2.591.297 | - | - | - | - | - | - | 2.591.297 |
| Incorporação Risoleta ¹ | - | - | - | - | 14 | 26.238 | - | 26.252 |
| Em 31/12/2025 | 2.692.068 | 163.180 | 157.734 | 3.920 | 1.967 | 538.715 | - | 3.557.584 |
| Amortização acumulada | | | | | | | | |
| Em 31/12/2023 | (2.349) | (14.787) | (70.512) | (489) | (1.819) | (71.907) | - | (161.863) |
| Adições | (857) | (17.128) | (8.074) | (142) | (165) | (30.643) | - | (57.009) |
| Baixas | - | 31.915 | - | - | 514 | - | - | 32.429 |
| Em 31/12/2024 | (3.206) | - | (78.586) | (631) | (1.470) | (102.550) | - | (186.443) |
| Adições | (882) | (16.152) | (8.074) | (123) | (135) | (30.778) | - | (56.144) |
| Alocação mais valia | (45.728) | - | - | - | - | - | - | (45.728) |
| Baixas | - | 107 | - | - | 92 | - | - | 199 |
| Ajuste de conversão | (1.188) | (621) | (3.293) | (27) | (64) | (5.060) | - | (10.253) |
| Em 31/12/2025 | (51.004) | (16.666) | (89.953) | (781) | (1.577) | (138.388) | - | (298.369) |
| Valor líquido | | | | | | | | |
| Em 31/12/2024 | 25.379 | 98.401 | 73.375 | 3.145 | 340 | 399.626 | 124 | 600.390 |
| Em 31/12/2025 | 2.641.064 | 146.514 | 67.781 | 3.139 | 390 | 400.327 | - | 3.259.215 |
| Taxa média de amortização | 3,81% | 12,35% | 5,21% | 3,20% | 7,15% | 5,91% | 0,00% | 5,02% |

¹UHE Risoleta Neves, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

²Parque Eólico Sol do Cerrado, para mais detalhes veja nota explicativa nº 1.3 – Contexto operacional.

- (a) Em setembro de 2025, foi reconhecida a adição de mais-valia decorrente da aplicação dos princípios estabelecidos no CPC 15 - Combinação de Negócios, o qual determina que, na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados a valor justo. A diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos e seus valores contábeis, denominada mais-valia (*step-up*), foi apurada e registrada de acordo com tais premissas.

Em conformidade com o CPC 04 - Ativo Intangível, foram identificados ativos intangíveis oriundos da aquisição das ações da Companhia pela GIP, com base em critérios técnicos e econômicos, e reconhecidos separadamente dos demais ativos. Esses intangíveis foram mensurados a valor justo e tiveram sua vida útil definida conforme o prazo de concessão de cada Usina, estando sua amortização prevista a partir de outubro de 2025, ao longo do período estimado de benefício econômico.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia há incerteza quanto a indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Política contábil

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados em todo reporte para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são avaliados, em todo reporte, para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para detalhes sobre a política de *impairment* do intangível, veja nota nº 7 - Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *impairment*.

9 | Outros valores a receber

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Aportes realizados – Consórcios | 6.511 | 3.601 | 6.511 | 3.601 |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | 4.401 | 5.931 | 4.401 | 5.931 |
| Despesas antecipadas | 1.165 | 1.030 | 6.506 | 5.237 |
| Outros valores a receber partes relacionadas | 1.235 | 600 | - | - |
| Outros | 1.213 | 739 | 961 | 740 |
| | 14.525 | 11.901 | 18.379 | 15.509 |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo circulante | 9.731 | 5.562 | 13.585 | 9.170 |
| Ativo não circulante | 4.794 | 6.339 | 4.794 | 6.339 |
| | 14.525 | 11.901 | 18.379 | 15.509 |

Política contábil

O montante reconhecido como outros valores a receber, são representados principalmente pelos aportes realizados para os consórcios, gastos com pesquisa, desenvolvimento e inovação e despesas antecipadas relativas aos pagamentos dos seguros de responsabilidade operacional e civil.

10 | Fornecedores

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Compra de energia elétrica (contratos no ACL) | 164.507 | 3.601 | 115.482 | 3.601 |
| Fornecedores de materiais e serviços | 19.737 | 27.756 | 33.881 | 18.707 |
| Fornecedores imobilizado | 24.274 | 15 | 80.512 | 58.706 |
| Câmara de comercialização de energia elétrica | - | - | 34.996 | 1.561 |
| Encargos de uso da rede elétrica | 961 | 4.105 | 975 | 4.105 |
| | 209.479 | 35.477 | 265.846 | 86.680 |

O prazo médio de pagamento da Companhia é de 67 dias em 31 de dezembro de 2025 (75 dias em 31 de dezembro de 2024) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para detalhes em relação ao fluxo de pagamentos e dos riscos: taxa de câmbio; taxa de juros; elevação da inflação; liquidez; aceleração do vencimento da dívida; crédito; liquidez relacionados a fornecedores e hidrológicos vide nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

11 | Tributos a recolher sobre o lucro

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Imposto de renda | - | 76.203 | 5.447 | 77.099 |
| Contribuição social | - | 24.117 | 3.597 | 25.293 |
| | - | 100.320 | 9.044 | 102.392 |

10.a | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Créditos tributários diferidos | | | | |
| Concessões a pagar (UBP) (i) | 21.832 | 19.087 | 21.832 | 19.087 |
| Demais provisões | 62.789 | 63.961 | 62.789 | 63.839 |
| Provisões para compromissos futuros (i) | 51.118 | 46.539 | 51.118 | 47.177 |
| Instrumentos financeiros derivativos (i) | 14.197 | - | 14.197 | - |
| Redução ao valor recuperável de ativos | 4.011 | 3.145 | 4.011 | 3.145 |
| Outros | 645 | 516 | 645 | 1.190 |
| | 154.592 | 133.248 | 154.592 | 134.438 |
| Obrigações tributárias diferidas | | | | |
| Ajuste de conversão | (47.207) | - | (47.207) | - |
| Juros capitalizados - CPC 20 | (67.178) | (70.128) | (67.178) | (70.128) |
| Concessões a pagar (UBP) (i) | (25.759) | (18.630) | (25.759) | (18.630) |
| Provisões para compromissos futuros (i) | (45.148) | (43.214) | (45.148) | (43.454) |
| Instrumentos financeiros derivativos (i) | (79.542) | - | (79.542) | - |
| Repactuação do risco hidrológico | (125.613) | (135.650) | (125.613) | (135.650) |
| Depreciação fiscal | (128.086) | (125.795) | (128.086) | (125.795) |
| | (518.533) | (393.417) | (518.533) | (393.657) |
| | (363.941) | (260.169) | (363.941) | (259.219) |
| Total do ativo | - | - | - | 1.030 |
| Total do passivo | (363.941) | (260.169) | (363.941) | (260.249) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | (363.941) | (260.169) | (363.941) | (259.219) |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|

- (i) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros, concessões a pagar e instrumentos financeiros derivativos.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Saldo no início do exercício | (260.169) | (296.994) | (259.219) | (296.079) |
| Débitos alocados às demonstrações de resultados | (120.669) | (15.798) | (120.428) | (15.878) |
| Créditos alocados às demonstrações de resultados | 16.897 | 52.623 | 15.706 | 52.738 |
| Saldo no término do exercício | (363.941) | (260.169) | (363.941) | (259.219) |

10.b | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado nos exercícios de 2025 e 2024 conforme demonstrado a seguir:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| (=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 514.536 | 385.177 | 537.578 | 396.858 |
| Ajuste de conversão | (134.404) | - | (132.499) | - |
| (=) Lucro tributável | 380.132 | - | 405.079 | - |
| Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa nominal esperada | (129.245) | (130.960) | (137.727) | (134.932) |
| Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre: | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 16.461 | 13.256 | - | - |
| Depreciação fiscal | (657) | (1.262) | (657) | (1.262) |
| Créditos tributários de exercícios anteriores | (14.076) | - | (14.076) | 127 |
| Diferença regime tributário | - | - | 115 | 4.456 |
| Incentivo fiscal da Sudene | - | - | 1.164 | 938 |
| Ajuste de conversão | (47.207) | - | (47.207) | - |
| Outros | (3.640) | (195) | (3.018) | (169) |
| Despesa no resultado | (178.364) | (119.161) | (201.406) | (130.842) |
| Imposto corrente | (118.608) | (155.985) | (140.699) | (167.702) |
| Imposto diferido | (59.756) | 36.824 | (60.707) | (36.860) |
| | (178.364) | (119.161) | (201.406) | (130.842) |
| Alíquota efetiva | 35% | 31% | 37% | 33% |

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do período, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

Lucro Real

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

Lucro presumido

As controladas da Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

12 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco 5,24% a.a., Candonga 7,25% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

| | Porto Estrela | Capim Branco | Candonga | CONTROLADORA E CONSOLIDADO |
|----------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------------------|
| Saldo em 31/12/2024 | 218.733 | 18.995 | 1.815 | 239.543 |
| Efeitos financeiros reconhecidos | 91.056 | 7.710 | 713 | 99.479 |
| Baixas | - | - | (181) | (181) |
| Amortizações | (111.274) | (8.375) | (797) | (120.446) |
| Saldo em 31/12/2025 | 198.515 | 18.330 | 1.550 | 218.395 |

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | |
|------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo circulante | 41.045 | 41.047 |
| Passivo não circulante | 177.350 | 198.496 |
| | 218.395 | 239.543 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

| | |
|----------------|------------------|
| 2027 | (37.164) |
| 2028 | (33.651) |
| 2029 | (30.485) |
| 2030 | (27.625) |
| 2031 | (25.041) |
| 2032 a 2036 | (18.517) |
| 2037 em diante | (4.867) |
| | (177.350) |

Política contábil

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usinas hidrelétricas. Foram registradas inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

13 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

| Descrição | Vencimento | Encargos anuais médios (%) | Moeda | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------|----------------------------|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Debêntures - 2ª emissão (a) | 15/12/2029 | IPCA + 3,65% | R\$ | 58.562 | 69.942 | 58.562 | 69.942 |
| Debêntures - 3ª emissão (a) | 15/02/2035 | IPCA + 4,00% | R\$ | 271.421 | 282.019 | 271.421 | 282.019 |
| Debêntures - 4ª emissão (a) | 15/08/2035 | IPCA + 4,90% | R\$ | 241.511 | 243.011 | 241.511 | 243.011 |
| Debêntures - 5ª emissão (a) | 15/04/2036 | IPCA + 6,13% | R\$ | 246.263 | 247.489 | 246.263 | 247.489 |
| Debêntures - 6ª emissão (a) | 15/11/2037 | IPCA + 6,14% | R\$ | 352.376 | 352.992 | 352.376 | 352.992 |
| Captação ME (c) | 30/09/2028 | SOFR + 1,75% | USD | 2.661.975 | - | 2.661.975 | - |
| Finem BNDES (b) | 16/01/2034 | TJLP + 2,48% | R\$ | - | - | - | 172.570 |
| (-) Custo de transação | - | - | R\$ | (24.516) | (27.007) | (24.516) | (30.212) |
| Passivo a Valor de Mercado | - | - | R\$ | (50.514) | - | (50.514) | - |
| Efeito das variações da taxa de câmbio ¹ | - | - | R\$ | (3.995) | - | (3.995) | - |
| | | | | 3.753.083 | 1.168.446 | 3.753.083 | 1.337.811 |

Classificadas como:

| | | | | |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Passivo circulante | 100.934 | 87.141 | 100.934 | 100.706 |
| Passivo não circulante | 3.652.149 | 1.081.305 | 3.652.149 | 1.237.105 |
| | 3.753.083 | 1.168.446 | 3.753.083 | 1.337.811 |

¹Conversão realizada sobre o custo de transação.

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

| | CONTROLADORA | CONSOLIDADO |
|--|------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 1.169.989 | 1.349.783 |
| Encargos financeiros | 121.566 | 137.865 |
| Amortização do principal | (51.855) | (64.087) |
| Amortização de juros | (71.254) | (85.750) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.168.446 | 1.337.811 |
| Financiamento obtidos – incorporação reversa | 2.394.225 | 2.394.225 |
| Financiamento obtidos – efeito de caixa | 167.640 | 167.640 |
| Encargos financeiros | 157.920 | 172.714 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | | |
|--|------------------|------------------|
| Amortização do principal | (61.479) | (236.023) |
| Amortização de juros | (106.003) | (115.618) |
| Varição Cambial | 86.843 | 86.843 |
| Passivo a valor de mercado | (50.514) | (50.514) |
| Efeito das variações das taxas de câmbio | (3.995) | (3.995) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 3.753.083 | 3.753.083 |

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

| Indexador | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------|------------|------------|
| TJLP | 9,07% | 7,43% |
| IPCA | 4,26% | 4,83% |

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO |
|----------------|----------------------------|
| 2027 | 83.427 |
| 2028 | 2.734.511 |
| 2029 | 98.449 |
| 2030 | 127.060 |
| 2031 | 127.060 |
| 2032 a 2036 | 459.742 |
| 2037 em diante | 21.900 |
| | 3.652.149 |

(a) DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª emissão de debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

| Debêntures | Data de emissão | Valor | Prazo (anos) | Amortização e pagamento de Juros | Pagamento da 1ª parcela | Espécie |
|------------|-----------------|---------|--------------|----------------------------------|-------------------------|---------------|
| 2ª Emissão | 27/06/2019 | 77.000 | 10,5 | Semestral | 15/06/2020 | Garantia real |
| 3ª Emissão | 15/02/2021 | 270.000 | 14 | Semestral | 15/02/2022 | Quirografária |
| 4ª emissão | 18/08/2021 | 220.000 | 14 | Semestral | 15/08/2022 | Quirografária |
| 5ª emissão | 15/04/2021 | 240.000 | 14 | Semestral | 15/04/2022 | Quirografária |
| 6ª emissão | 15/11/2023 | 340.000 | 14 | Semestral | 15/11/2024 | Quirografária |

(b) FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017, a Companhia assinou o Contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possuía volume financeiro de R\$243.500, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Em 26 de agosto de 2025, as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote quitaram integralmente o Contrato de Financiamento firmado junto ao BNDES e assim não tendo mais obrigações financeiras.

(c) CONTRATO DE CRÉDITO EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 18 de setembro de 2025, após a incorporação reversa do Fundo GIP Horizon I, a Companhia assumiu o contrato de crédito, contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças e o contrato de alienação fiduciária de ações firmados pela GIP Horizon I junto aos bancos Citibank, Santander, Scotiabank, Sumitomo Mitsui e Credit Agricole. O financiamento era condição prevista pela acionista GIP Horizon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em volume financeiro de US\$450.000.000, prazo de pagamento em 36 meses e remuneração definida pela taxa SOFR +1,75% até o primeiro aniversário do contrato, +2,00% até o segundo aniversário do contrato e +2,25% até o terceiro aniversário do contrato.

Contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças

Foram dados em garantia no Contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças: 1) contratos de compra de energia da Aliança Geração de Energia S.A. x Vale S.A. ("PPAs"), envolvendo energia gerada por; a) UHE Aimorés, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 19 de dezembro de 2035; b) UHE Funil, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 19 de dezembro de 2035; c) UHE Igarapava, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 29 de dezembro de 2028; d) UHE Capim Branco I, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036; e) UHE Capim Branco II, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036; f) UHE Porto Estrela, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 9 de Julho de 2032; g) UHE Candonga, início do fornecimento em 1º de março de 2015, e encerramento do fornecimento em 24 de Maio de 2035. H) UFVs Sol do Cerrado, data de início do fornecimento a ser definida e encerramento do fornecimento em 10 de dezembro de 2054. 2) Central Eólica Gravier S.A. (a ser cedido fiduciariamente para Aliança Geração de Energia S.A. na data de Aquisição) x Vale S.A. PPA, início do fornecimento em 1º de janeiro de 2023, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036. 3) Central Eólica Acauã I S.A. (a ser cedido fiduciariamente para Aliança Geração de Energia S.A. na data de Aquisição) x Vale S.A. PPA, início do fornecimento em 1º de agosto de 2024, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036; 4) Central Eólica Acauã II S.A. (a ser cedido fiduciariamente para Aliança Geração de Energia S.A. na data de Aquisição) x Vale S.A. PPA, início do fornecimento em 1º de janeiro de 2024, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036; e 5) Central Eólica Acauã III S.A. (a ser cedido fiduciariamente para Aliança Geração de Energia S.A. na data de Aquisição) x Vale S.A. PPA, início do fornecimento em 1º de setembro de 2023, e encerramento do fornecimento em 28 de agosto de 2036.

Contratos de alienação fiduciária das ações

Foram dados em garantia no Contrato de alienação fiduciária: as ações do Complexo Eólico Acauã, do Parque Eólico Gravier e das UFVs Sol do Cerrado.

(d) COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais e semestrais. Todos os compromissos financeiros contratuais foram atendidos em 31 de dezembro de 2025.

Essas cláusulas restritivas, são baseadas na demonstração financeira, onde o índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA deve ser inferior ou igual a 3,5, no caso das debêntures.

No caso do contrato de crédito em moeda estrangeira o índice financeiro é a dívida líquida pelo EBITDA e deve ser inferior a 5,5 e o DSCR (índice de cobertura do serviço da dívida) tem que ser superior a 1,05 (um inteiro e cinco centésimos). Os indicadores são medidos semestralmente, nos períodos finalizados em maio e novembro de cada ano.

Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Para mais detalhes sobre a política dos passivos financeiros veja nota nº 22 - Instrumentos financeiros.

14 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

| CONTROLADORA | | | | | |
|---------------|----------------|------------------|-----------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2024 | Adições/(Baixas) | Pagamentos | Atualizações | 31/12/2025 |
| Aimorés | 77.561 | 13.143 | (11.098) | 8.615 | 88.221 |
| Candongá | 285 | 23.181 | (1.172) | 1.308 | 23.602 |
| Capim Branco | 10.367 | (2.173) | (3.961) | 1.218 | 5.451 |
| Funil | 10.510 | (84) | (703) | 303 | 10.026 |
| Igarapava | 2.716 | (2.306) | (1.343) | 1.157 | 224 |
| Porto Estrela | 7.812 | 2.182 | (885) | 872 | 9.981 |
| | 109.251 | 33.943 | (19.162) | 13.473 | 137.505 |

| CONSOLIDADO | | | | | |
|--------------------------|----------------|------------------|-----------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2024 | Adições/(Baixas) | Pagamentos | Atualizações | 31/12/2025 |
| Controladora | 109.251 | 33.943 | (19.162) | 13.473 | 137.505 |
| Centrais Eólicas (a) | 19.523 | 390 | (2.147) | 1.279 | 19.045 |
| Usinas Fotovoltaicas (a) | - | 59.277 | (1.121) | 1.236 | 59.392 |
| | 128.774 | 93.610 | (22.430) | 15.988 | 215.942 |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo circulante | 24.435 | 18.649 | 34.099 | 20.432 |
| Passivo não circulante | 113.070 | 90.602 | 181.843 | 108.342 |
| | 137.505 | 109.251 | 215.942 | 128.774 |

(a) As provisões das Centrais Eólicas e Usinas Fotovoltaicas referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide notas explicativas nº 7 – Imobilizado e 8 - Intangível, respectivamente. As Usinas Fotovoltaicas tiveram um aumento expressivo em função da incorporação reversa da GIP Horizon.

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor (Funil, Igarapava, Porto Estrela, Centrais Eólicas Santo Inácio, Central Eólica Gravier, Centrais Eólicas Acauãs e Usinas Fotovoltaica Sol do Cerrado) e para as usinas que estão em fase de renovação da licença de operação (Aimorés, Candonga e Capim Branco).

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros, utilizando a taxa média de desconto nominal de 10,58% no exercício de 2025 (9,47% no exercício de 2024) individual e consolidado.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois, cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

15 | Provisões para processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

| | Ambientais | Cíveis | Trabalhistas | Fiscais | CONTROLADORA E CONSOLIDADO |
|----------------------------|----------------|---------------|--------------|--------------|----------------------------|
| Saldo em 31/12/2023 | 143.459 | 31.202 | 350 | - | 175.011 |
| Adições | 330 | 8.283 | - | 57 | 8.670 |
| Atualizações | 8.725 | 3.367 | 36 | 2 | 12.130 |
| Reversões | (223) | (19.116) | (81) | (9) | (19.429) |
| Saldo em 31/12/2024 | 152.291 | 23.736 | 305 | 50 | 176.382 |
| Atualizações | 4.154 | 3.270 | 86 | 104 | 7.614 |
| Adições | 3.801 | 12.379 | 295 | 1.283 | 17.758 |
| Reversões/Pagamentos | (21.455) | (8.325) | (31) | - | (29.811) |
| Saldo em 31/12/2025 | 138.791 | 31.060 | 655 | 1.437 | 171.943 |

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre as principais variações no período de nove meses de 2025, dos processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ação cível

- **Ação de desapropriação**

A presente demanda refere-se à ação judicial de desapropriação movida para a constituição da Unidade de Conservação – Parque do Pau Furado. O imóvel objeto da expropriação, denominado Fazenda Quilombo, localizado nas regiões de Buracão e Capão da Cana, Município de Araguari/MG. Após a sentença que fixou a indenização em valores superiores ao depositado pelo Consórcio, o processo se encontra em fase recursal.

Em 31 de dezembro de 2024, o processo estava classificado como perda possível. No entanto, após publicação de sentença desfavorável aos interesses da Aliança, no primeiro trimestre de 2025, houve a reclassificação para risco provável.

O valor provisionado como perda provável é de R\$10.955 em 31 de dezembro de 2025 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

- **Ação pedido de tutela - Coteminas**

Trata-se de demanda com pedido de tutela de urgência ajuizada em face da Coteminas S.A. para que cumprisse com a obrigação assumida no âmbito do consórcio mantido com a Aliança, qual seja, a realização do aporte do dinheiro necessário para viabilizar a manutenção e as atividades da usina hidrelétrica que integra o seu objeto, inclusive mediante a suspensão dos direitos políticos enquanto persistir o inadimplemento.

A classificação inicial do risco de perda, em 31 de dezembro de 2024, era provável. Contudo, no primeiro trimestre de 2025, em virtude de decisão judicial que determinou a reversão da tutela de urgência e a consequente liquidação da CCEE, houve a baixa contábil da provisão anteriormente reconhecida.

O valor atribuído como perda provável é de R\$0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$7.685 em 31 de dezembro de 2024).

Ação ambiental

- **Ação civil pública**

Ação civil pública ajuizada ao fundamento de que não teriam sido observadas as regras da Lei Federal nº 4.771/1965, atualmente revogada pela Lei Federal nº 12.651/2012, quanto à formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“UHEs Capim Branco”).

Em 05/11/2025, ocorreu o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário 1.493.991, remetendo os autos aos TJMG. Aguarda-se as tratativas de acordo entre a Autora e Autoridades Governamentais.

O valor atribuído como perda provável é de R\$99.695 em 31 de dezembro de 2025 (R\$95.697 em 31 de dezembro de 2024).

- **Ação mortandade de peixes**

Ação penal proposta pelo Ministério Público Federal em face da Aliança, pelo cometimento de suposta mortandade de peixes em março de 2016 dentro do Sistema de Transposição de Peixes (STP) da UHE Funil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Apesar do Acordão condenatório, o julgamento pela Turma Recursal no dia 03/11/2025 reconheceu a ocorrência da prescrição punitiva, com extinção da punibilidade penal, sendo o processo baixado na sequência.

O valor atribuído como perda provável é de R\$0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$20.594 em 31 de dezembro de 2024).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ambiental | 44.884 | 40.981 | 46.651 | 43.335 |
| Cíveis | 83.954 | 93.248 | 86.294 | 94.085 |
| Regulatório | 34.692 | 33.239 | 35.003 | 33.239 |
| Tributário | 113.806 | 99.465 | 116.068 | 101.006 |
| Outras | 6.248 | 4.102 | 6.248 | 4.102 |
| | 283.584 | 271.035 | 290.264 | 275.767 |

Ação cível

- **Ação de desapropriação**

Em 31 de dezembro de 2024, o processo judicial estava classificado um prognóstico de risco de perda possível, sendo modificado para provável em 2025, conforme avaliação dos advogados. Para mais detalhes, vide texto em processos judiciais com prognóstico de perda provável.

O valor atribuído como perda possível é de R\$0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$10.288 em 31 de dezembro de 2024).

- **Ação de rescisão contratual**

Ação de rescisão contratual e restituição de valores com pedido liminar em razão do não cumprimento, pelos réus, dos contratos de compra e venda firmados entre as partes.

O valor atribuído como perda possível é de R\$7.537 em 31 de dezembro de 2025 (R\$7.057 em 31 de dezembro de 2024).

Ação tributária

- **ICMS**

Execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais em face da Aliança Geração de Energia S.A., objetivando a cobrança de crédito tributário no valor de R\$48.032 (principal, multa de revalidação e juros), representado pelo PTA/CDA nº 01.000622023-90, decorrente da suposta falta de recolhimento de ICMS sobre operações com energia elétrica relativamente ao período de maio/2015 a setembro/2016.

O valor atribuído como perda possível é de R\$67.848 em 31 de dezembro de 2025 (R\$60.837 em 31 de dezembro de 2024).

- **Ação anulatória**

Ação Anulatória com pedido de tutela de evidência ou urgência, ajuizada pela Aliança com o objetivo de cancelar a exigência fiscal consubstanciada no Auto de Infração nº 01.001929436-16, lavrado pelo Estado de Minas Gerais para

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

exigir o ICMS sobre as operações de entrada de energia no estabelecimento matriz da Autora, no período de 01/09/2016 a 30/12/2020

O valor atribuído como perda possível é de R\$38.778 em 31 de dezembro de 2025 (R\$34.771 em 31 de dezembro de 2024).

(e) DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ambientais | 7.686 | 7.274 | 7.689 | 7.274 |
| Cíveis | 5.547 | 1.197 | 6.228 | 1.790 |
| Trabalhistas | 207 | 95 | 207 | 95 |
| Fiscais | - | 44 | - | 44 |
| | 13.440 | 8.610 | 14.124 | 9.203 |

Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

16 | Encargos regulatórios a recolher

A Companhia, em virtude de sua concessão para a geração de energia, está sujeita ao cumprimento de obrigações regulatórias estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e demais órgãos do setor elétrico brasileiro.

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico - FNDCT | 1.785 | 5.960 | 1.785 | 5.960 |
| Compensação financeira pela utilização dos recursos Hídricos - CFURH | 5.783 | 6.108 | 5.783 | 6.108 |
| Pesquisa expansão sistema energético - MME | 892 | 410 | 892 | 410 |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica | 444 | 398 | 556 | 482 |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D | 8.654 | - | 8.654 | - |
| | 17.558 | 12.876 | 17.670 | 12.960 |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo circulante | 8.904 | 7.737 | 9.016 | 7.821 |
| Passivo não circulante | 8.654 | 5.139 | 8.654 | 5.139 |
| | 17.558 | 12.876 | 17.670 | 12.960 |

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

As concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

Política contábil

O cálculo de certos encargos, como a CFURH, envolve estimativas com base em volumes de energia gerada e parâmetros regulatórios. A Companhia revisa periodicamente tais estimativas à luz das determinações da ANEEL e demais entes setoriais, não havendo, até a presente data, passivos contingentes relevantes relacionados a encargos regulatórios.

Para mais detalhes sobre a política de constituição de provisões, veja a nota explicativa nº 15 - Provisões para processos judiciais.

17 | Patrimônio líquido

a. Capital social

Em setembro de 2025, a Companhia realizou o aumento do capital social, passando de R\$1.291.488 (um bilhão, duzentos e noventa e um milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil) para R\$ 2.740.406 (dois bilhões, setecentos e quarenta milhões, quatrocentos e seis mil), conforme deliberação realizada em assembleia geral extraordinária.

O aumento do capital ocorreu mediante a emissão de 1.448.918.136 (um bilhão, quatrocentos e oito milhões, novecentos e dezoito mil, cento e trinta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas serão subscritas e integralizadas pelas Vale S.A, mediante a transferência da participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) no consórcio Risoleta Neves (“Candonga”) no valor de R\$105.843 (cento e cinco milhões, oitocentos e quarente e três mil) e das ações ordinárias das SPes Sol do Cerrado no montante de R\$1.343.075 (um bilhão, trezentos e quarenta e três milhões, setenta e cinco mil).

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$2.740.406 (R\$1.291.488 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 2.740.500.637 (dois bilhões, setecentos e quarenta milhões, quinhentas mil, seiscentos e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (1.291.582.500 em 31 de dezembro de 2024).

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

| Acionistas | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|
| | Nº de ações | Em R\$ | Nº de ações | Em R\$ |
| Global Infrastructure Partners (GIP) | 1.918.350.446 | 1.918.283.946,24 | - | - |
| Vale S.A. | 822.150.191 | 822.121.691,25 | 1.291.582.500 | 1.291.487.501,00 |
| | 2.740.500.637 | 2.740.405.637,49 | 1.291.582.500 | 1.291.487.501,00 |

b. Dividendos

Em setembro de 2025, o estatuto social da Companhia foi alterado determinando 25% (100% em 31 de dezembro de 2024) da distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia.

Em 19 de maio de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$128.016 (R\$324.423 em dezembro de 2024) a título de dividendos. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar é de R\$79.841 (R\$128.016 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo destinado a reserva legal foi de R\$19.221 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva de capital

Em 27 de fevereiro de 2015, o tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, foi o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de reserva de capital. Em 18 de setembro de 2025, após a transação societária e incorporação reversa, foram adicionados à reserva de capital os efeitos líquidos das mais valias de ativos e outros ativos e passivos identificados na combinação de negócios deduzido das dívidas incorporadas na transação no montante de R\$460.687.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste de conversão

Em setembro de 2025, a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar norte-americano, uma vez que é a principal moeda do ambiente econômico em que opera, gera e consome caixa.

Em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 02, os efeitos líquidos das conversões dos valores das operações entre as moedas diferentes e o ganho ou perda cambial, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em uma conta de ajuste de conversão de moeda.

O saldo acumulado dos ajustes de conversão de moeda no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025, totaliza R\$141.275 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024), refletindo assim os efeitos da variação cambial entre o dólar norte-americano e real.

Reserva de hedge

Para mais detalhes da reserva de hedge veja a nota explicativa nº 22 – Instrumentos financeiros.

18 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fornecimento bruto de energia elétrica (a) | 1.771.647 | 1.273.233 | 1.972.709 | 1.494.206 |
| Transações com energia na CCEE | 35.228 | 7.715 | 53.601 | 17.475 |
| Receita bruta pela prestação de serviços | 2.463 | 2.196 | 43 | 213 |
| Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b) | (242.491) | (165.513) | (266.381) | (182.839) |
| | 1.566.847 | 1.117.631 | 1.759.972 | 1.329.055 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Industrial ou equivalente | 817.607 | 682.979 | 955.913 | 853.647 |
| Suprimento a outras concessionárias | 852.144 | 581.849 | 914.983 | 632.154 |
| Suprimento geração para terceiros | 101.896 | 8.405 | 101.813 | 8.405 |
| | 1.771.647 | 1.273.233 | 1.972.709 | 1.494.206 |

(b) IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Tributos sobre a receita | | | | |
| PIS | (30.044) | (21.434) | (32.753) | (23.189) |
| COFINS | (138.384) | (98.728) | (150.885) | (106.822) |
| ICMS | (23.248) | - | (29.431) | - |
| ICMS - substituição tributária (b.1) | - | - | (11) | (6.468) |
| ISS | (126) | (110) | (44) | (107) |
| | (191.802) | (120.272) | (213.124) | (136.586) |
| Encargos do consumidor | | | | |
| Compensação financeira utilização dos recursos hídricos | (29.888) | (29.306) | (29.888) | (29.306) |
| Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica | (5.151) | (4.778) | (7.719) | (5.790) |
| Fundo Nacional desenvolvimento científico tecnológico | (6.260) | (4.463) | (6.260) | (4.463) |
| Pesquisa expansão sistema energético - MME | (3.130) | (2.231) | (3.130) | (2.231) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (6.260) | (4.463) | (6.260) | (4.463) |
| | (50.689) | (45.241) | (53.257) | (46.253) |
| | (242.491) | (165.513) | (266.381) | (182.839) |

(b.1) O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos, considerando premissas para mensurar o preço da energia e dados que envolvem a quantidade comercializada e o período entre o último faturamento e o final de cada mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

19 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

(a) CUSTOS OPERACIONAIS

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Energia elétrica comprada para revenda ¹ | (591.159) | (72.499) | (529.506) | (98.660) |
| Depreciação e amortização | (186.200) | (132.430) | (291.331) | (213.954) |
| Serviços de terceiros | (103.237) | (65.885) | (142.468) | (90.626) |
| Encargos de uso da rede básica de transmissão | (82.979) | (74.119) | (116.592) | (91.469) |
| Pessoal | (47.625) | (42.820) | (47.640) | (42.847) |
| Outros custos | (19.013) | (17.992) | (28.354) | (24.436) |
| Prêmio do risco hidrológico | (15.175) | (14.516) | (15.175) | (14.516) |
| Materiais | (3.720) | (3.437) | (3.775) | (3.417) |
| Repactuação do risco hidrológico | 1.218 | - | 1.218 | - |
| Repasse repactuação do Risco Hidrológico | 61.780 | 34.297 | 61.780 | 34.297 |
| Indenização de sinistro | - | 8.997 | - | 8.997 |
| | (986.110) | (380.404) | (1.111.843) | (536.631) |

¹Para mais detalhes do aumento do volume de compras, veja nota explicativa nº 21 - Transações com partes relacionadas.

Curtailment (Energia elétrica comprada para revenda - Consolidado)

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, decorrente da conversão da medida provisória nº 1.304/2025, a qual promove ajustes relevantes no marco regulatório do setor elétrico brasileiro. Entre as alterações introduzidas, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado a partir de 01 de setembro de 2023 quanto para o futuro após a data da publicação desta lei. A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

(b) DESPESAS OPERACIONAIS

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Serviços de terceiros | (21.054) | (19.692) | (26.482) | (23.769) |
| Pessoal | (18.537) | (18.330) | (18.537) | (18.334) |
| Participação dos empregados no resultado | (5.593) | (3.823) | (5.593) | (3.823) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | (3.852) | (5.920) | (1.885) | (4.194) |
| Depreciação e amortização | (663) | (409) | (1.229) | (412) |
| Contingências ¹ | 6.195 | (167.174) | 6.182 | (167.174) |
| ICMS | 12.801 | - | 12.801 | - |
| | (30.703) | (215.348) | (34.743) | (217.706) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 48.414 | 38.987 | - | - |
| Amortização do ágio | (295) | (295) | - | - |
| Ajuste de conversão | (1.821) | - | - | - |
| | 46.298 | 38.692 | - | - |
| | 15.595 | (176.656) | (34.743) | (217.706) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

¹ No terceiro trimestre de 2024, a Companhia reconheceu em seu resultado despesas com contingências da Cemig Geração e de sua acionista Vale S.A, relacionadas as causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos. O valor dessas despesas foi estimado com base nas melhores informações disponíveis e em avaliações de risco.

20 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receita de instrumentos financeiros derivativos - NDF | 104.491 | - | 104.491 | - |
| Ganho cambial ajuste de conversão | 137.760 | - | 137.760 | - |
| Renda de aplicação financeira | 61.517 | 40.251 | 93.780 | 58.256 |
| Juros sobre depósitos judiciais | 2.377 | 3.483 | 2.451 | 3.555 |
| Outras | 46.125 | 442 | 51.763 | 648 |
| | 352.270 | 44.176 | 390.245 | 62.459 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Encargos financeiros - concessões a pagar | (99.479) | (111.300) | (99.479) | (127.599) |
| Encargos financeiros - compromissos futuros | (13.473) | (97.642) | (15.986) | (97.642) |
| Encargos de financiamentos e debêntures | (157.919) | (9.261) | (172.714) | (11.396) |
| Variação cambial – financiamentos e debêntures | (112.098) | - | (112.098) | - |
| Despesa de instrumentos financeiros derivativos - SWAP | (41.757) | - | (41.757) | - |
| Outras despesas financeiras | (9.340) | (1.367) | (24.019) | (3.682) |
| | (434.066) | (219.570) | (466.053) | (240.319) |
| | (81.796) | (175.394) | (75.808) | (177.860) |

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

21 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

Acionistas e empresas relacionadas

| | Vale | | GIP | | Atlas | | Cemig | |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Contas a receber | | | | | | | | |
| Venda de energia (i) | 124.969 | 65.350 | - | - | 59.198 | - | - | - |
| Contas a pagar | | | | | | | | |
| Outros valores a pagar | - | 102 | - | - | - | - | - | - |
| Compra de energia (i) | - | - | - | - | 63.605 | - | - | - |
| Dividendos a pagar (iv) | 23.952 | 128.016 | 55.889 | - | - | - | - | - |
| Resultado | | | | | | | | |
| Venda de energia (i) | 933.210 | 682.979 | - | - | 195.301 | - | - | 112.381 |
| TUSD ¹ / TUST ² | - | - | - | - | - | - | - | (26.743) |
| Custo com O&M (iii) | - | - | - | - | - | - | - | (2.750) |
| Compra de energia (i) | - | - | - | - | (138.272) | - | - | (157) |
| Outras despesas | (832) | (739) | - | - | - | - | - | (136) |
| Outros custos/receitas | (40) | (31) | - | - | (3.233) | - | - | (226) |

Controladas

| | Complexo Eólico | | Complexo Solar | | |
|---|-----------------|------------|----------------|------------|---|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Contas a receber | | | | | |
| Serviços de <i>backoffice</i> | | 439 | 182 | 61 | - |
| Dividendos a receber (iv) | | 7.592 | 30.565 | 1.762 | - |
| Outros valores a receber | | 953 | 600 | 282 | - |
| Contas a pagar | | | | | |
| Compra de energia | | 13.561 | - | 36.322 | - |
| Resultado | | | | | |
| Receita com serviços de <i>backoffice</i> | | 2.195 | 1984 | 224 | - |
| Compra de energia (i) | | (33.902) | (158) | (65.975) | - |
| (Outros custos) / outras receitas | | 75 | - | - | - |
| Recuperação de despesas (ii) | | 6.640 | 6.579 | 1.026 | - |

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra de energia elétrica através de contrato com sua acionista; (ii) recuperação de despesas; (iii) serviços de operação e manutenção; e (iv) dividendos a pagar e receber.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes, que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$8.783 (R\$11.164 em 31 de dezembro de 2024), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas operacionais.

22 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (a) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria VJR.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Categoria dos instrumentos financeiros

| | Hierarquia | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativos financeiros: | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Aplicações financeiras | N.A. | 82.238 | 154.035 | 82.285 | 186.008 |
| Instrumento financeiro derivativo – hedge de valor justo | Nível 2 | 104.491 | - | 104.491 | - |
| Instrumento financeiro derivativo – hedge de fluxo de caixa | Nível 2 | 129.456 | - | 129.456 | - |
| | | 316.185 | 154.035 | 316.232 | 186.008 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | N.A. | 495.459 | 253.237 | 749.172 | 440.472 |
| Contas a receber | N.A. | 286.896 | 139.112 | 303.671 | 163.358 |
| Outros valores a receber | N.A. | 14.525 | 11.901 | 18.379 | 15.509 |
| Dividendos a receber | N.A. | 9.353 | 30.565 | - | - |
| | | 806.233 | 434.815 | 1.071.222 | 619.339 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Financiamentos e debêntures | Nível 2 | 3.753.083 | 1.168.446 | 3.753.083 | 1.337.811 |
| Instrumento financeiro derivativo – hedge de valor justo | Nível 2 | 41.757 | - | 41.757 | - |
| | | 3.794.840 | 1.168.446 | 3.794.840 | 1.337.811 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores | N.A. | 209.479 | 35.477 | 265.846 | 86.680 |
| Arrendamentos | N.A. | 3.615 | 4.882 | 109.873 | 37.566 |
| Dividendos a pagar | N.A. | 91.300 | 128.016 | 91.300 | 128.016 |
| Concessões a pagar | N.A. | 218.395 | 239.543 | 218.395 | 239.543 |
| | | 522.789 | 407.918 | 685.414 | 491.805 |

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso a data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

| | CONTROLADORA | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Passivos financeiros: | | | | |
| Custo amortizado | | | | |
| Concessões a pagar | 218.395 | 226.847 | 239.543 | 252.957 |
| | 218.395 | 226.847 | 239.543 | 252.957 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | CONSOLIDADO | | | |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
| | Contábil | Valor justo | Contábil | Valor justo |
| Passivos financeiros: | | | | |
| Custo amortizado | | | | |
| Concessões a pagar | 218.395 | 226.847 | 239.543 | 252.957 |
| | 218.395 | 226.847 | 239.543 | 252.957 |

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional). A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em reais, que podem exercer influência, sobre o resultado, pela variação da taxa de câmbio:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 495.459 | 253.237 | 749.172 | 440.472 |
| Aplicações financeiras | 82.238 | 154.035 | 82.285 | 154.086 |
| Contas a receber | 286.896 | 139.112 | 303.671 | 163.358 |
| Estoques | 11.491 | 12.392 | 17.005 | 15.224 |
| Tributos a recuperar | 29.841 | 2.063 | 31.134 | 3.757 |
| Dividendos a receber | 9.353 | 30.565 | - | - |
| Instrumento financeiro derivativo | 102.295 | - | 102.295 | - |
| Outros valores a receber | 9.731 | 5.562 | 13.585 | 9.170 |
| | 1.027.304 | 596.966 | 1.299.147 | 786.067 |
| Ativo não circulante | | | | |
| Aplicações financeiras | - | - | 23.941 | 31.922 |
| Tributos a recuperar | - | - | - | 621 |
| Depósitos vinculados a litígios | 13.440 | 8.610 | 14.124 | 9.203 |
| Outros valores a receber | 4.794 | 6.339 | 4.794 | 6.339 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | - | 1.030 |
| Instrumento financeiro derivativo | 131.652 | - | 131.652 | - |
| | 149.886 | 14.949 | 174.511 | 49.115 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Passivo circulante | | | | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores | (209.479) | (35.477) | (265.846) | (86.680) |
| Salários e encargos a pagar | (20.254) | (16.783) | (20.253) | (16.782) |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | (18.442) | (12.390) | (24.161) | (13.737) |
| Tributos a recolher sobre o lucro | - | (100.320) | (9.044) | (102.392) |
| Concessões a pagar | (41.045) | (41.047) | (41.045) | (41.047) |
| Financiamentos e debêntures | (100.934) | (87.141) | (100.934) | (100.706) |
| Arrendamentos | (1.489) | (1.612) | (12.072) | (4.963) |
| Encargos regulatórios a recolher | (8.904) | (7.737) | (9.016) | (7.821) |
| Provisão para compromissos futuros | (24.435) | (18.649) | (34.099) | (20.432) |
| Dividendos a pagar | (91.300) | (128.016) | (91.300) | (128.016) |
| Outros passivos | (9.983) | (9.150) | (9.980) | (9.199) |
| | (526.265) | (458.322) | (617.750) | (531.775) |

| Passivo não circulante | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|
| Concessões a pagar | (177.350) | (198.496) | (177.350) | (198.496) |
| Financiamentos e debêntures | (3.652.149) | (1.081.305) | (3.652.149) | (1.237.105) |
| Arrendamentos | (2.126) | (3.270) | (97.801) | (32.603) |
| Encargos regulatórios a recolher | (8.654) | (5.139) | (8.654) | (5.139) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (363.941) | (260.169) | (363.941) | (260.249) |
| Provisão para compromissos futuros | (113.070) | (90.602) | (181.843) | (108.342) |
| Provisões para processos judiciais | (171.943) | (176.382) | (172.002) | (176.382) |
| Instrumento financeiro derivativo | (41.757) | - | (41.757) | - |
| | (4.530.990) | (1.815.363) | (4.695.497) | (289.863) |

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resumo da exposição de taxa de câmbio | | | | |
| Exposição do ativo | 1.177.190 | 611.915 | 1.473.658 | 835.182 |
| Exposição do passivo | (5.057.255) | (2.273.685) | (5.313.247) | (2.550.091) |
| Exposição líquida total | (3.880.065) | (1.661.770) | (3.839.588) | (1.714.909) |

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das informações contábeis, sendo US\$1,00 equivalente a R\$5,5024 em 31 de dezembro de 2025 (R\$5,3010 em dezembro de 2024, corresponde a cotação da alteração da moeda funcional, dia 18 de setembro de 2025).

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da cotação do dólar mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2025, a cotação do dólar será de US\$1 para R\$4,76, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

(a) CONTROLADORA:

| | 31/12/2025 | | |
|---|---------------------|--|---|
| | Cenário base | Cenário provável cotação US\$4,76 | Cenário adverso cotação US\$6,30 |
| RISCO - ELEVAÇÃO DA COTAÇÃO | | | |
| Ativo | | | |
| Exposição do ativo | 1.177.190 | 1.018.360 | 1.347.829 |
| Ativo líquido exposto | 1.177.190 | (158.830) | 170.639 |
| Passivo | | | |
| Exposição do passivo | (5.057.255) | (4.374.915) | (5.790.329) |
| Passivo líquido exposto | (5.057.255) | 682.340 | (733.074) |
| Efeito líquido da variação da cotação no resultado | | 523.510 | (562.435) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) CONSOLIDADO:

| | 31/12/2025 | | |
|---|--------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | Cenário base | Cenário provável cotação US\$4,76 | Cenário adverso cotação US\$6,30 |
| RISCO - ELEVAÇÃO DA COTAÇÃO | | | |
| Ativo | | | |
| Exposição do ativo | 1.473.658 | 1.274.828 | 1.687.272 |
| Ativo líquido exposto | 1.473.658 | (198.830) | 213.614 |
| Passivo | | | |
| Exposição do passivo | (5.313.247) | (4.596.368) | (6.083.428) |
| Passivo líquido exposto | (5.313.247) | 716.879 | (770.181) |
| Efeito líquido da variação da cotação no resultado | | 518.049 | (556.567) |

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 12) indexado à variação do IPCA e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao IPCA e SOFR.

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, O CDI será de 12,4%, IPCA de 4,4% e a SOFR de 3,12%. A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

(a) CONTROLADORA:

| Descritivo | 31/12/2025 | | |
|--|--------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | Cenário Base | Cenário provável CDI 12,4% | Cenário adverso CDI 11,41% |
| Ativo | | | |
| Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4) | 577.697 | 649.331 | 643.612 |
| Ativo exposto | 577.697 | 649.331 | 643.612 |
| Efeito no resultado | | 71.634 | 65.915 |
| Descritivo | 31/12/2025 | | |
| | Cenário Base | Cenário provável IPCA 4,4% | Cenário adverso IPCA 7,03% |
| Passivo | | | |
| Debêntures (nota explicativa nº 12) | (3.753.083) | (3.918.219) | (4.016.925) |
| Passivo exposto | (3.753.083) | (3.918.219) | (4.016.925) |
| Descritivo | 31/12/2025 | | |
| | Cenário Base | Cenário provável SOFR 3,12% | Cenário adverso SOFR 3,12% |
| SWAP (nota explicativa nº 22) | (41.757) | (43.060) | (43.060) |
| Passivo exposto | (41.757) | (43.060) | (43.060) |
| Efeito no resultado | | (166.438) | (265.145) |
| Efeito líquido da variação no resultado | | (94.804) | (199.229) |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) CONSOLIDADO:

| Descritivo | 31/12/2025 | | |
|--|--------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | Cenário Base | Cenário provável CDI 12,4% | Cenário adverso CDI 11,41% |
| Ativo | | | |
| Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4) | 855.398 | 961.467 | 952.999 |
| Ativo exposto | 855.398 | 961.467 | 952.999 |
| Efeito no resultado | | 106.069 | 97.601 |
| Descritivo | 31/12/2025 | | |
| | Cenário Base | Cenário Provável IPCA 4,4% | Cenário adverso IPCA 7,03% |
| Passivo | | | |
| Debêntures (nota explicativa nº 12) | (3.753.083) | (3.918.218) | (4.016.925) |
| Passivo exposto | (3.753.083) | (3.918.218) | (4.016.925) |
| Descritivo | 31/12/2025 | | |
| | Cenário Base | Cenário provável SOFR 3,12% | Cenário adverso SOFR 3,12% |
| SWAP (nota explicativa nº 22) | (41.757) | (43.060) | (43.060) |
| Passivo exposto | (41.757) | (43.060) | (43.060) |
| Efeito no resultado | | (166.438) | (265.145) |
| Efeito líquido da variação no resultado | | (60.369) | (167.544) |

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de setembro 2025. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11 – Concessões a pagar) indexado à variação do IGP-M.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2026 (12 meses posteriores a data base destas demonstrações financeiras), a taxa IGP-M anualizada será de 3,87%, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

| RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO | 31/12/2025 | | |
|---|------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| | Cenário base | Cenário provável IGP-M 3,87% | Cenário adverso IGP-M 7,48% |
| Passivo | | | |
| Concessões a pagar (nota explicativa nº 11) | (218.395) | (226.847) | (234.731) |
| Passivo líquido exposto | (218.395) | (226.847) | (234.731) |
| Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado | | (8.452) | (16.336) |

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

| CONTROLADORA ¹ | Fluxos de caixa contratuais | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------|------------------|----------------|--------------------|------------------|----------------|
| | Valor contábil | Total | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 209.479 | 209.479 | 209.479 | - | - | - |
| Financiamentos e debêntures | 3.753.083 | 3.806.659 | 28.073 | 81.616 | 3.130.375 | 566.595 |
| Arrendamentos | 3.615 | 3.775 | 437 | 1.118 | 2.220 | - |
| Instrumento financeiro derivativo | 41.757 | 41.757 | - | - | - | 41.757 |
| Concessões a pagar | 218.395 | 218.843 | 10.698 | 30.532 | 129.188 | 48.425 |
| | 4.226.329 | 4.280.513 | 248.687 | 113.266 | 3.261.783 | 656.777 |

| CONSOLIDADO ¹ | Fluxos de caixa contratuais | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------|------------------|----------------|--------------------|------------------|----------------|
| | Valor contábil | Total | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 265.846 | 265.846 | 265.846 | - | - | - |
| Financiamentos e debêntures | 3.753.083 | 3.806.659 | 28.073 | 81.616 | 3.130.375 | 566.595 |
| Arrendamentos | 110.460 | 114.705 | 3.284 | 9.319 | 41.958 | 60.144 |
| Instrumento financeiro derivativo | 41.757 | 41.757 | - | - | - | 41.757 |
| Concessões a pagar | 218.395 | 218.843 | 10.698 | 30.532 | 129.188 | 48.425 |
| | 4.389.541 | 4.447.810 | 307.901 | 121.467 | 3.301.521 | 716.921 |

¹Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós-fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados.

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com sua acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 495.459 | 253.237 | 749.172 | 440.472 |
| Aplicações financeiras | 82.238 | 154.035 | 106.226 | 186.008 |
| Contas a receber | 286.896 | 139.112 | 303.671 | 163.358 |
| Outros valores a receber | 14.525 | 11.901 | 18.379 | 15.509 |
| Total da exposição | 879.118 | 558.285 | 1.177.448 | 805.347 |

Risco relacionado aos passivos denominados em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados pela administração. Em 31.12.2025, as variações cambiais cujos compromissos financeiros estão atrelados à moeda estrangeira, foram protegidos por hedge. Os instrumentos financeiros derivativos de operações de hedge são estes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| Ativos | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|-----------------|------------|-----------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Hedge de valor justo – financeiro – NDF | 104.491 | - | 104.491 | - |
| Hedge de fluxo de caixa – operações – NDF | 129.456 | - | 129.456 | - |
| Total das posições ativas | 233.947 | - | 233.947 | - |
| Passivos | | | | |
| Hedge de valor justo – financeiro – SWAP | (41.757) | - | (41.757) | - |
| Total das posições passivas | (41.757) | - | (41.757) | - |
| Posições líquidas | | | | |
| Hedge de valor justo – financeiro | 62.734 | - | 62.734 | - |
| Hedge de fluxo de caixa – operações | 129.456 | - | 129.456 | - |
| Posições líquidas | 192.190 | - | 192.190 | - |

A Companhia tem contratos de derivativos para gerenciar os riscos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio e SOFR. A Administração da Companhia mantém, por meio dos seus controles internos, monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados.

O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade deve ser lido em conjunto com os demais ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira existentes em 31 de dezembro de 2025, pois o efeito dos impactos estimados das taxas de câmbio sobre as NDFs e sobre os SWAPs apresentados, serão compensados, se efetivados, no todo ou em parte, com as oscilações sobre todos os ativos, passivos e resultados da Companhia.

A Administração definiu que, para o cenário provável (valor de mercado) devem ser consideradas as taxas cambiais utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 31 de dezembro de 2025. Estas taxas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no seu vencimento.

A Companhia efetuou o registro contábil com base em seu preço de mercado em 31 de dezembro de 2025 ao valor justo e pelo regime de competência. Essa operação teve o impacto positivo líquido de R\$62.734 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024) as quais foram reconhecidas como resultado financeiro. A Companhia não possui margens dadas em garantia para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui as seguintes operações com instrumentos financeiros derivativos, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2025:

| Derivativo | Hedge | Banco | Data início | Data vencimento | Taxa inicial | Taxa forward | Nominal Vendido (USD) | Resultado |
|------------|------------------|-----------|-------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------------|-----------|
| NDF | HFC ¹ | Santander | 10/04/2025 | 30/06/2026 | 6,0605 | 6,4655 | 11.033.746,81 | 7.651 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 30/09/2026 | 6,0605 | 6,6086 | 10.794.826,43 | 7.461 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/12/2026 | 6,0605 | 6,7446 | 10.692.385,50 | 7.455 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/03/2027 | 6,0605 | 6,8787 | 10.483.937,84 | 7.366 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 30/06/2027 | 6,0605 | 7,0249 | 10.265.749,43 | 7.279 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 30/09/2027 | 6,0605 | 7,1769 | 10.048.330,50 | 7.193 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/12/2027 | 6,0605 | 7,3267 | 10.403.030,20 | 7.525 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/03/2028 | 6,0605 | 7,4849 | 10.183.152,93 | 7.378 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 30/06/2028 | 6,0605 | 7,6439 | 9.971.334,19 | 7.281 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 02/10/2028 | 6,0605 | 7,8118 | 9.757.019,05 | 7.122 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 02/01/2029 | 6,0605 | 7,9566 | 8.761.134,38 | 6.345 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 02/04/2029 | 6,0605 | 8,1204 | 8.584.409,85 | 6.166 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 02/07/2029 | 6,0605 | 8,2914 | 8.407.366,89 | 5.979 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/12/2029 | 6,0605 | 8,6692 | 7.619.699,08 | 5.490 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 01/04/2030 | 6,0605 | 8,8464 | 7.467.070,82 | 5.308 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

| | | | | | | | | |
|--|------------------|-----------|------------|------------|--------|--------|-----------------------|----------------|
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 01/10/2029 | 6,0605 | 8,4814 | 8.219.025,37 | 5.872 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 01/07/2030 | 6,0605 | 9,0323 | 7.313.385,89 | 5.202 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 30/09/2030 | 6,0605 | 9,2374 | 7.151.005,19 | 5.032 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/12/2030 | 6,0605 | 9,4354 | 7.366.649,26 | 5.229 |
| NDF | HFC | Santander | 10/04/2025 | 31/03/2031 | 6,0605 | 9,6300 | 7.217.786,33 | 5.122 |
| NDF | HVJ ² | Santander | 11/04/2025 | 01/04/2027 | 5,9115 | 6,7843 | 27.384.683,34 | 16.970 |
| NDF | HVJ | Santander | 11/04/2025 | 01/04/2027 | 5,9115 | 6,7843 | 11.692.818,61 | 7.246 |
| NDF | HVJ | Citibank | 10/04/2025 | 18/09/2026 | 6,6190 | 6,5106 | 59.676.688,32 | 17.909 |
| NDF | HVJ | Citibank | 10/04/2025 | 18/09/2026 | 6,5048 | 6,5156 | 101.433.411,84 | 62.367 |
| Total de instrumentos financeiros derivativos - NDF | | | | | | | 381.928.648,05 | 233.948 |

| Derivativo | Hedge | Banco | Data início | Data vencimento | Taxa (%a.a.) | Indexador | Valor nominal (USD) | Resultado |
|---|-------|-----------|-------------|-----------------|--------------|-----------|-----------------------|---------------|
| Swap | HVJ | Santander | 10/04/2025 | 28/05/2049 | 3,9921% | SOFR | 154.000.000,00 | 8.346 |
| Swap | HVJ | Citibank | 30/06/2025 | 28/05/2049 | 4,0629% | SOFR | 154.000.000,00 | 25.797 |
| Swap | HVJ | CACIB | 15/09/2025 | 28/05/2049 | 4,0112% | SOFR | 154.000.000,00 | 7.614 |
| Total de instrumentos financeiros derivativos - SWAP | | | | | | | 462.000.000,00 | 41.757 |

¹Hedge de fluxo de caixa

²Hedge de valor justo

O valor contábil dos ativos e passivos de instrumentos financeiros, seguem abaixo:

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | | | | |
|--|----------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | Efeitos no resultado | Efeitos em ORA ¹ | Operações liquidadas ² | 31/12/2025 |
| Saldo a receber | | | | | |
| Operações derivativos – hedge fluxo de caixa | - | - | 129.456 | - | 129.456 |
| Operações derivativos – hedge valor justo | - | 124.999 | - | (20.508) | 104.491 |
| | - | 124.999 | 129.456 | (20.508) | 233.947 |
| Saldo a pagar não circulante | | | | | |
| Operações derivativos – hedge valor justo | - | (42.001) | - | 244 | (41.757) |
| | - | (42.001) | - | 244 | (41.757) |
| Saldo líquido | - | 82.998 | 129.456 | (20.264) | 192.190 |

¹Outros resultados abrangentes.

²Operações foram liquidadas e impactaram o resultado da Companhia.

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | |
|-------------------------------|----------------------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativo circulante – NDF | 102.295 | - |
| Ativo não circulante – NDF | 131.652 | - |
| Passivo não circulante – SWAP | (41.757) | - |
| | 192.190 | - |

A movimentação do hedge accounting (hedge de fluxo de caixa) na rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” é como segue abaixo, para controladora e consolidado. Destaca-se que somente a controladora possui instrumentos financeiros derivativos.

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO |
|--|----------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - |
| Operações iniciadas durante o exercício | 132.839 |
| Variação das operações durante o exercício | (3.383) |
| Efeito do imposto de renda e contribuição social | (44.015) |
| Efeitos do ajuste de conversão ¹ | 141.275 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 226.716 |

Os efeitos do ajuste de conversão da moeda estão registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apresentados de forma destacada exclusivamente para fins de conciliação dos saldos.

Contabilidade de hedge

No início da operação de hedge é elaborada uma documentação formal com a descrição dos objetivos e estratégias da gestão do risco coberto, e da relação entre a transação objeto do hedge e o instrumento de hedge utilizado para a proteção esperada. As operações de hedge da Companhia que se qualificam para a contabilidade de hedge são estas:

Hedge de valor justo (HVJ)

As operações de hedge para a proteção das variações cambiais e de taxas de juros flutuantes dos empréstimos e debêntures da Companhia resultam de posições passivas vinculadas à variação do IPCA ou do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como “Hedge de valor justo”. Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo dos empréstimos e debêntures e das operações de hedge são reconhecidos no resultado financeiro.

Hedge de fluxo de caixa (HFC)

A Companhia designou como hedge de fluxo de caixa: (i) hedge para proteção de exposição à moeda estrangeira de compromissos financeiros de empréstimos; e (ii) hedge para proteção da exposição agregada de empréstimos no exterior e hedge de valor justo, trocando a posição passiva por componentes fixos (taxa fixa). Nestas operações, para a parcela altamente eficaz do hedge, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, e transferidos para o resultado ou ativo quando o objeto de hedge protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do hedge, quando ocorre, é registrada no resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação, e capitalizada no ativo imobilizado, quando aplicáveis.

23 | Outros riscos operacionais

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE;

(ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Riscos de variabilidade da irradiância solar

Esse risco decorre da possibilidade de redução da irradiância solar, ocasionada por fatores naturais e climáticos, como nebulosidade, tempestades, ventos fortes, poeira atmosférica e sazonalidade, podendo resultar em geração inferior à prevista nos módulos fotovoltaicos ou causar danos físicos aos equipamentos. Esse risco é mitigado pelas condições naturais favoráveis do Brasil e, em especial, do Norte de Minas Gerais, região reconhecida por elevados índices de irradiação e longos períodos de insolação, o que contribui para maior estabilidade e eficiência na geração fotovoltaica, além do avanço contínuo da infraestrutura e investimentos no setor de energia renovável.

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

24 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$82.653 em 31 de dezembro de 2025 (R\$71.474 em 31 de dezembro 2024).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação nas Centrais Eólicas conforme segue:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|------------------|---------------|---------------|
| São Raimundo | 8.673 | 8.147 |
| Santo Inácio III | 10.948 | 10.273 |
| Garrote | 8.305 | 7.793 |
| Santo Inácio IV | 8.305 | 7.793 |
| Gravier | 12.834 | 12.811 |
| Acauã I | 11.583 | 11.723 |
| Acauã II | 10.426 | 10.552 |
| Acauã III | 5.809 | 5.880 |
| | 76.883 | 74.972 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Balanco energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

| | MW médios | | | | |
|-------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 |
| Garantia Física | 997,17 | 997,17 | 997,17 | 997,17 | 997,17 |
| Garantia Física no CG | 968,49 | 968,49 | 968,49 | 968,49 | 968,49 |
| Contratos de Compra | 877,19 | 846,19 | 846,19 | 846,19 | 846,19 |
| Contratos de Venda | 1.764,74 | 1.764,74 | 1.764,74 | 1.764,74 | 1.764,74 |
| Distribuidor | 9,77% | 8,53% | 8,22% | 8,22% | 8,22% |
| Autoprodutor | 38,10% | 38,10% | 38,10% | 38,10% | 38,10% |
| Gerador | 1,66% | 2,90% | 3,21% | 3,21% | 3,21% |
| Comercializador | 32,52% | 32,52% | 32,52% | 32,52% | 32,52% |
| Total Contratado | 95,61% | 97,25% | 97,25% | 97,25% | 97,25% |

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- (i) Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- (ii) A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- (iii) Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até 31 de dezembro 2025 para todo o horizonte.

25 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

| | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|------------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Dividendos a receber (1) | - | 11.896 | - | - |
| Provisão de demandas judiciais (2) | - | 8.144 | - | 8.144 |
| Fornecedor de imobilizado | - | 13.093 | - | 52.477 |
| Juros capitalizados (3) | - | 10.266 | - | - |
| Adição da mais valia | 2.455.763 | - | 2.455.763 | - |
| Incorporação de Sol do Cerrado | 1.343.075 | - | - | - |
| Incorporação de Risoleta Neves | 105.843 | - | 105.843 | - |
| | 3.904.681 | 43.399 | 2.561.606 | 60.621 |

- 1) Valores a receber das Centrais Eólicas de Santo Inácio;
- 2) As provisões de demandas judiciais, cujo fato gerador é anterior a criação da Aliança, não transitaram pelo resultado da Companhia e serão ressarcidas pelos seus acionistas;
- 3) Juros capitalizados da construção dos novos projetos das Centrais Eólicas de Acauã I, II, III e Gravier.

26 | Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados nestas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

DIRETORIA



Paulo De Tarso De
Alexandria Cruz

695.649.731-04
PAULO DE TARSO DE ALEXANDRIA CRUZ
16/04/2026 às 20:31

Paulo de Tarso de Alexandria Cruz
Diretor Financeiro e Administrativo



Carlos Augusto Pavanelli
Lopes Filho

713.043.046-04
CARLOS AUGUSTO PAVANELLI LOPES FILHO
16/04/2026 às 20:34

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
Diretor de Operações e Engenharia

RESP



Rafael Lisboa Fernandes

014.506.226-07
Rafael Lisboa Fernandes
16/04/2026 às 20:32

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0593997

Passo 3 - Digite a senha: 3ddpMnlU